



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Nátiele Silva dos Santos

**Exigência formativa e formação do professor auxiliar de educação especial da  
Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.**

Florianópolis

2023

Natiele Silva dos Santos

**Exigência formativa e formação do professor auxiliar de educação especial da  
Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Pedagogia do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientador (a): Prof. Maria Helena Michels, Dra.

Florianópolis

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Santos, Natiele Silva dos  
Exigência formativa e formação do professor auxiliar de  
educação especial da Rede Municipal de Ensino de  
Florianópolis. / Natiele Silva dos Santos ; orientadora,  
Maria Helena Michels, 2023.  
86 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências  
da Educação, Graduação em Pedagogia, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Pedagogia. 2. Exigência formativa e formação do  
professor auxiliar de educação especial da Rede Municipal  
de Ensino de Florianópolis.. I. Michels, Maria Helena . II.  
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em  
Pedagogia. III. Título.

Natiele Silva dos Santos

**Exigência formativa e formação do professor auxiliar de educação especial da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia e aprovado em sua forma final pelo Curso de Pedagogia.

Florianópolis, 01 de dezembro de 2023.

Insira neste espaço  
a assinatura

Coordenação do Curso

**Banca examinadora**

Insira neste espaço  
a assinatura

Prof. Maria Helena Michels, Dra.

Orientadora

Insira neste espaço  
a assinatura

Prof. Jocemara Triches, Dra.

Universidade Federal de Santa Catarina

Insira neste espaço  
a assinatura

Prof. Carolina Picchetti, Dra.

Universidade Federal de Santa Catarina

Insira neste espaço  
a assinatura

Prof. Márcia de Souza Lehmkuhl, Dra.  
Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 2023.

*Este trabalho é dedicado a minha Mãe,  
Maria das Dores Ferreira dos Santos (in memoriam),  
ao meu pai, Antônio Osório, meu esposo e aos meus irmãos.*

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, quero agradecer a Deus por escolher uma família para me acolher no momento mais frágil da minha vida, o nascimento. Agradeço a minha MÃE, Maria das Dores Ferreira dos Santos e meu PAI, Antônio Osório dos Santos, por ter-me acolhido, amado e me educado. Se não fosse por vocês, eu não estaria aqui neste momento. Só posso expressar minha gratidão por tudo o que fizeram por mim nesses trinta anos de vida. Seja onde eu estiver, o nome de vocês será lembrado e honrado por toda minha existência. Eu gostaria muito de ter a senhora aqui, minha rainha, mas infelizmente nem tudo é como desejamos. Deus quis que ela estivesse ao lado dele para prestigiar esse momento no céu, minha estrela guia, meu horizonte e minha base, mesmo em outro lugar, eu te amarei para sempre. Obrigada por não me abandonar nem nos meus sonhos; obrigada por todas as noites; obrigada por não desistir de mim; obrigada por lutar por mim; obrigada por me amar, por me apoiar e me mostrar o melhor caminho. Eu, Pai e meus irmãos, estamos com saudades e essa vitória de hoje é sua; é por você. Adoção é o ato de amor mais puro e verdadeiro deste mundo, amar e cuidar de um ser que não saiu de dentro de você, é o amor mais puro e honesto, é a construção mais linda do universo.

Agradeço ao meu noivo, Allison de Souza, por ter me apoiado em todos os momentos nesses oito anos de parceria e união. Agradeço por confiar em mim, por acreditar nos meus sonhos e sonhar junto. Você é minha base, me apoia, incentiva e me faz acreditar em mim, mesmo quando eu desacredito. Gratidão a toda família Souza, agora minha família também. Minha sogra Angela, obrigada por todo amor e carinho, obrigado pelas orações, pelo cuidado e atenção que tens dado para mim. Ao meu sogro Aldori de Souza, obrigada por todo amor, carinho e conselhos, vocês fizeram e fazem papel de pai e mãe na minha vida, desde quando eu perdi a minha Mãe, vocês não têm noção do quanto eu sou grata e feliz por fazer parte da FAMÍLIA SOUZA.

Aos meus irmãos Abimael Osório, Elisângela Osório e Ana Paula Osório, os melhores presentes que a vida poderia me dar. Agradeço por me aceitar. Peço desculpas por ter retirado o título de irmão caçula, minha vida sem vocês não teria sentido, Deus é bom o tempo todo.

Aos meus cunhados e cunhada, obrigada por todo carinho dedicado a mim.

Saudações aos meus amigos que fiz durante esses anos na Universidade Federal de Santa Catarina, gratidão por compartilharem momentos proveitosos juntos. Vocês foram e serão sempre os meus melhores presentes da UFSC. As minhas amigas; Ana Paula Dias, Darlene Carvalho, Leticia Stork, Loana Eva, Lucimari Siqueira, Thamiris Mendes, gratidão por todos os momentos compartilhados e eternizados, alguns de nós temos histórias semelhantes outras distintas, no entanto, o que nos aproxima é a essência que cada uma de nós possuímos, vocês estarão sempre em minhas orações.

Aos meus dois melhores amigos, Luis Bevacua e Marcos Vinicius, vocês são os melhores amigos que a UFSC me presenteou, ao lado de cada um de vocês foram construídas lindas memórias, gratidão por toda parceria e amizade.

A minha amiga Jamile Lima, obrigada por todos os conselhos e incentivos, gratidão por acreditar que seria possível obrigada por esses 10 anos de amizade, você é mais que uma amiga, é uma irmã para mim.

Saudações a todos os meus professores da graduação. Agradeço a todos pelos ensinamentos, incentivos e carinho. Gostaria de expressar minha gratidão a minha orientadora, Maria Helena Michels, pelo seu empenho, carinho e apoio. Agradeço o incentivo, a energia positiva e a crença de que seria possível.

Eu gostaria de expressar minha gratidão as professoras Carolina Picchetti, Jocemara Triches e Márcia de Souza Lehmkuhl, por aceitarem meu convite para participar deste momento único em minha vida.

Jocemara e a Carolina foram minhas professoras durante a graduação, gostaria de expressar minha gratidão por todos os ensinamentos, pela dedicação e por acreditar em cada um de nós. Agradeço a todos os envolvidos neste capítulo da minha vida.



## RESUMO

No Brasil, a formação de professores de educação especial iniciou-se nos anos de 1970 e era inicialmente vinculada aos cursos de pedagogia e atrelada às deficiências mental, auditiva, física e visual, e tinha como objetivo formar os professores para as instituições especializadas, classes especiais e salas de recursos, sendo esses serviços, substitutivos ao ensino comum. Na atualidade essa formação ocorre nos cursos de licenciatura em educação especial, objetivado principalmente a formação de professores para o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Porém, com a proposição política de perspectiva inclusiva e com um número maior de estudantes acessando as escolares regulares, outro profissional é constituído: o profissional de apoio/auxiliar. Com o objetivo de compreender a relação entre exigências formativas e formação de profissional de apoio/professor auxiliar de educação especial (PAEE) que atuam com o estudante público da educação especial na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (RMF). Para tanto, por intermédio de pesquisa documental e bibliográfico, foram analisados editais de concursos e processos seletivos dos anos de 2006 a 2023, além das formações indicadas como exigência formativa para o cargo de PAEE nos editais e as produções elaboradas sobre esse profissional. Os cursos analisados são aqueles indicados nos editais e ofertados por instituições públicas, no município de Florianópolis: Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pelo Instituto Estadual de Educação (IEE). A reflexão sobre os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) e os Programas de ensino das disciplinas desses cursos foram fundamentais para nossa reflexão. Como conclusão observamos a falta de formalização da profissão quanto aos requisitos formativos para sua atuação como PAEE, além da ausência de consonância entre a exigência formativa e a formação desse profissional. Entendemos que essas lacunas podem implicar diretamente no desempenho do profissional em sala de aula e, conseqüentemente, leva a sua desvalorização, fragilizando, em diversos pontos, sua prática com estudantes da educação especial.

**Palavras-chave:** Professor Auxiliar de Educação Especial; Educação Especial; Formação de professores; Educação Básica; Profissionais de Apoio da Educação Especial.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Trabalhos relacionados ao profissional de apoio BDTD.....	26
Quadro 2 - Trabalhos relacionados ao profissional de apoio no Scielo.....	35
Quadro 3 - Editais dos processos seletivos na RNEF para contratação de PAEE e as exigências de formação .....	39
Quadro 4 - Editais dos concursos públicos da RMEF e as exigências formativas ....	42
Quadro 5 - Cursos presenciais de Licenciatura da UFSC.....	45
Quadro 6 - Cursos que tratam de conteúdos relacionados à educação Especial (EE) UFSC .....	47
Quadro 7 - Cursos de Licenciatura ofertados pela UDESC .....	53
Quadro 8 - Cursos de licenciaturas UDESC com disciplinas relacionadas à EE e suas ementas .....	54

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACT	Admissão de Professores em Caráter Temporário
AEE	Atendimento Especializado Em Educação Especial
ANPEd	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CP	Conselho Pleno
EE	Educação Especial
EEEB	Educação Especial na Educação Básica
FEPese	Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos
IEE	Instituto Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
LIBRAS	Língua de Sinais Brasileira
PAEE	Professor Auxiliar de Educação Especial
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PMF	Prefeitura Municipal de Florianópolis
PNEEPE	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
PPC	Proposta Pedagógica Curricular
PPP	Projeto Político Pedagógico
SC	Santa Catarina
SED	Secretaria de Estado da Educação
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UDESC	Universidade Estadual de Santa Catarina
UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
1.1 JUSTIFICATIVA.....	15
1.2 OBJETIVOS.....	16
<b>1.2.1 Objetivo geral.....</b>	<b>16</b>
<b>1.2.2 Objetivos específicos.....</b>	<b>17</b>
1.3 METODOLOGIA.....	17
1.4 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	19
1.5 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA.....	19
<b>CAPÍTULO 2: LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO.....</b>	<b>21</b>
2.1 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E DO PROFISSIONAL DE APOIO.....	21
2.2 O PROFISSIONAL DE APOIO NAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS.....	25
<b>2.2.1 Produções selecionadas no Banco de dados Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).....</b>	<b>26</b>
<b>2.2.2 Produções selecionadas no Banco de dados do Scielo.....</b>	<b>35</b>
2.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO.....	36
<b>CAPÍTULO 3: O PROFESSOR AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS.....</b>	<b>38</b>
3.1 O PROFESSOR AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (PAEE) NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS: EXIGÊNCIAS FORMATIVAS E SUA FORMAÇÃO.....	38
<b>3.2 Editais para contratação de professor auxiliar de educação especial-PAEEs .....</b>	<b>39</b>
3.3 INSTITUIÇÕES FORMADORAS EM FLORIANÓPOLIS/SC E SEUS RESPECTIVOS CURSOS.....	42
<b>3.3.1 Curso Normal de Nível Médio.....</b>	<b>42</b>
<b>3.3.2 O curso licenciatura em Nível Superior.....</b>	<b>45</b>
<b>3.3.2.3 Considerações sobre os cursos ofertados pela UFSC e pela UDESC ...</b>	<b>58</b>
<b>CAPÍTULO 4: CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>59</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>62</b>
<b>APÊNDICE A – CURSOS DE LICENCIATURA OFERTADOS NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS.....</b>	<b>67</b>

## CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso buscou compreender a relação entre as exigências formativas presentes nos editais de contratação do Professor Auxiliar de Educação Especial - PAEE, da Rede Municipal de Ensino do município de Florianópolis/SC e as formações ofertadas neste mesmo município.

Em relação aos cursos superiores, as exigências formativas presentes nos editais indicam a Graduação em Licenciaturas, e a Pedagogia, especificamente, além de graduandos a partir do 5.º semestre. Dessa forma, as instituições que oferecem os cursos em questão em Florianópolis foram identificadas para, posteriormente, seguir a análise dos PPPs e/ou suas respectivas matrizes curriculares.

Ao fazermos o mapeamento dos cursos ofertados neste município, 286 cursos de licenciaturas foram encontrados, com oferta em instituições públicas e privadas. Observa-se que entre estes somente 38 cursos de licenciatura são ofertados em instituições públicas (UFSC e UDESC) que serão analisados nessa pesquisa.

Em nível nacional a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) (BRASIL, 2008) apresenta o profissional de apoio e indica como suas funções específicas o cuidado e a monitoria dos alunos da Educação Especial. Esse profissional não tem como sua competência questões curriculares e didático-pedagógicas.

A Lei n 13.146 de 2015, denominada Lei Brasileira de Inclusão (LBI), dispõe no capítulo II, Art. 3, que o profissional de apoio ao estudante da educação tem como sua função:

Atividades de alimentação, higiene e locomoção dos estudantes com deficiência e que atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas (BRASIL, 2015).

Em Florianópolis este profissional é responsável pelo apoio, nas escolas regulares, aos estudantes com deficiência ou transtornos do espectro autista desde

2006.<sup>1</sup> É neste ano que a Rede de Ensino realiza o primeiro processo seletivo para a contratação temporária para o ano letivo de 2007 para o cargo de “Auxiliar de Ensino para educandos com deficiência”. No ano de 2009 a nomenclatura foi modificada para “Auxiliar de Ensino de Educação Especial” e em 2014, foi apresentada a Portaria Municipal n.º 007 de 2014, a qual garante a contratação de profissionais de apoio para estudantes com deficiência e transtorno do espectro autista, alterando sua nomenclatura para “Professor Auxiliar de Educação Especial- PAEE<sup>1</sup>”.

Apesar das diferenças nas nomenclaturas para o cargo, as atribuições elencadas não sofrem alterações. Na Portaria n.º 007, as atribuições do PAEE são assim descritas:

- I - Realizar atividades de locomoção, cuidados pessoais e alimentação dos estudantes com deficiência em articulação com as atividades escolares e pedagógicas, garantindo a participação desses estudantes com os demais colegas;
- II - Auxiliar o estudante com transtorno do espectro autista na organização de suas atividades escolares;
- III - Auxiliar os estudantes com deficiência ou com transtorno do espectro autista na resolução de tarefas funcionais, ampliando suas habilidades em busca de uma vida independente e autônoma;
- IV - Participar dos momentos coletivos de organização do trabalho pedagógico da escola, tais como: reuniões pedagógicas, colegiado de classe, planejamento, grupos de estudos das unidades educativas, entre outros;
- V - Conduzir o estudante, juntamente com o professor de Educação Física e a turma, para as aulas de Educação Física de modo a envolvê-lo nas atividades coletivas, planejadas pelo professor de Educação Física;
- VI - Trabalhar em parceria e de forma articulada com o professor de sala de aula e o professor da sala multimeios, sem que assuma atividades de Escolarização ou de Atendimento Educacional Especializado;
- VII - Elaborar relatórios sobre o estudante que acompanha, anexando-os às pastas dos estudantes arquivadas nas salas multimeios (FLORIANÓPOLIS, 2014).

A partir destas designações, é vedada a essa função de assumir atividades de escolarização ou de Atendimento Educacional Especializado.

Porém, é preciso questionar qual a exigência formativa desse profissional? Houve alterações em relação a essas exigências de 2006 até a atualidade? Quem forma e como é formado esse professor? Essas são perguntas que faço desde que entrei na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, para atuar como PAEE e que me fizeram elaborar esse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

---

<sup>1</sup>Segundo a Portaria n.º 007/ de 2014, Art 2.ª, “são considerados estudantes elegíveis para contratação de PAEE: (I) Estudantes com transtorno do espectro autista devidamente comprovado nos termos do art. 1º, § 1, e os que atenderem aos critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação; (II) Estudantes com comprometimentos físico-motores, que apresentam dependência na realização das atividades de locomoção, alimentação e cuidados pessoais”. (FLORIANÓPOLIS, 2014).

## 1.1 JUSTIFICATIVA

A escolha desse tema de pesquisa teve como motivação inicial a vivência própria da pesquisadora. Atuei como professora auxiliar de educação especial em uma escola da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, entre 07/02/2022 à 16/12/2022. Para ingressar nesse cargo, participei do processo seletivo e atuei com uma estudante do ensino fundamental com Transtorno de Espectro Autista e um aluno com deficiência física e intelectual na mesma etapa da educação básica. Essa experiência me fez refletir sobre a relevância da formação docente para atuar com esses estudantes, uma vez que eu estava no sexto período do Curso de Pedagogia da UFSC e tinha cursado a disciplina de Educação Especial I: Políticas e Práticas Pedagógicas ofertada na terceira fase e estava cursando a disciplina de Educação Especial II: Conceitos, Concepções e Sujeito, o que era suficiente para atender as exigências do edital.

Quando iniciei minhas atividades como “Professora Auxiliar de Educação Especial - PAEE” em (2022), a Portaria n. 007/2014 já regia as funções desse cargo. Constam, em seu Artigo 4<sup>a</sup>, as atribuições do PAEE:

As atribuições de o professor auxiliar de educação especial são de realizar atividades de locomoção, cuidados pessoais e alimentação dos estudantes com deficiência em articulação com as atividades escolares e pedagógicas, garantindo a participação desses estudantes com os demais colegas. Trabalhar em parceria e de forma articulada com o professor de sala de aula e o professor da sala multimeios, sem que assuma atividades de Escolarização ou de Atendimento Educacional Especializado. (FLORIANÓPOLIS, 2014).

Observa-se então que as funções relacionadas à escolarização, não estão nessa lista de atribuições. A Política de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis (2014) considera que o professor auxiliar de educação especial deve realizar atividades de locomoção, cuidados pessoais e alimentação dos estudantes com deficiência e com transtorno do espectro autista (TEA) em articulação<sup>2</sup> com as atividades escolares pedagógicas, garantindo a participação desses estudantes com os demais alunos. Contudo, meu papel não se limitava ao cuidado, à locomoção e ao acompanhamento na educação física, pois, ao desempenhar minha função de professora (PAEE), de sentar-se com a criança,

---

<sup>2</sup>A articulação aqui mencionada não está relacionada ao fazer pedagógico, como o planejamento ou avaliações, pois o papel a ser desempenhado pelo PAEE não envolve a escolarização dos estudantes da educação especial.

ensinar, incentivar a autonomia e participação do estudante na turma, na perspectiva de seu processo de escolarização, rompia com o que estava sendo apresentado para a minha atividade profissional.

Assim que iniciei meu primeiro dia de trabalho nessa função, as professoras do AEE me disponibilizaram o diagnóstico médico, e alguns registros feitos por professoras anteriores, dos estudantes que eu iria acompanhar em sala. Os registros eram breves e continham muitos elogios, além de uma descrição do comportamento da criança. Senti falta de mais detalhes sobre a atuação escolar e do processo de ensino e aprendizagens daqueles estudantes.

O contato com uma das estudantes despertou-me a reflexão sobre a minha atuação, o que deveria ser feito e o que não deveria ser feito. A observação na escola foi uma ferramenta importante para um olhar sensível e pensante (Freire, 2003). Conhecer a criança foi a chave para compreender a importância de observar e refletir sobre o meu fazer docente que, segundo a proposição da SME, não estava relacionado ao ensino, mas sim aos cuidados, locomoção e alimentação do estudante público da educação especial.

Porém, as questões foram aumentando e, uma delas se fez mais presente: como ocorre a formação desses professores que ocupam esse cargo na rede de ensino de Florianópolis? Qual o processo formativo exigido pela RMF?

## 1.2 OBJETIVOS

Para desenvolvimento deste trabalho de conclusão, foram definidos os seguintes objetivos.

### 1.2.1 Objetivo geral

Compreender a relação entre as exigências formativas presentes nos editais de contratação do Professor Auxiliar de Educação Especial - PAEE, da Rede Municipal de Ensino do município de Florianópolis/SC e as formações ofertadas neste mesmo município.



### 1.2.2 Objetivos específicos

De modo a atingir o objetivo proposto, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- Compreender qual a formação esperada pela rede municipal de ensino de Florianópolis para o cargo de PAEE.
- Refletir como os cursos de licenciaturas estão trabalhando as disciplinas relacionadas à educação especial nos currículos dos cursos de formação de professores.

### 1.3 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desta investigação utilizamos dois procedimentos metodológicos: análise documental e bibliográfica. A primeira delas foi à análise documental. Segundo Gil (1999), o mapeamento, análise e interpretação de documentos institucionais são as bases que caracterizam uma pesquisa. Compreendemos que a utilização de fontes documentais é responsável por nos permitir conhecer a realidade social, seus processos de mudança social e cultural.

Também foi feito levantamento bibliográfico sobre o tema, com o objeto de conhecer como a área da educação vem tratando, em suas pesquisas, o profissional de apoio.

A análise documental foi a metodologia utilizada para a análise dos editais dos concursos e processos seletivos da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis e os Projetos Pedagógicos dos Cursos de licenciatura e suas respectivas matrizes curriculares. Com a análise desses documentos busquei apreender quais as exigências mínimas requeridas em cada um dos processos. Estes mesmos procedimentos têm como objetivo responder algumas perguntas sobre o tema, entre elas: Qual a função desse profissional? Qual sua forma de contratação?

Os editais de concursos públicos e processos seletivos para as vagas de PAEEs, realizados entre 2006 e 2022 na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, foram os primeiros a serem analisados. Para a coleta de informações, diversos meios foram utilizados, entre eles os sites oficiais de instituições como a Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF), Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos (FEPESE). O site da PCI Concursos também foi analisado, uma

vez que este é especializado em concursos públicos e processos seletivos no Brasil. As análises desses dados possibilitaram identificar os requisitos de capacitação necessários para exercer a função de professor auxiliar de educação especial (PAEE), na Rede Municipal de Ensino da PMF. Durante a coleta de dados, teve-se a cautela de verificar se as exigências formativas quanto a estes professores têm sido mantidas, tanto para o cargo de professor efetivo 3 (três) editais quanto para o cargo de professor temporário 11 (onze) editais.

Também utilizamos a análise de documentos quando investigamos as Propostas Pedagógicas de Curso de licenciatura (PPC) e as respectivas matrizes curriculares que foram citadas nas exigências formativas para o cargo de PAEE na RMF.

Optamos por analisar o Curso Normal de Nível Médio - magistério, e cursos de licenciaturas em instituições formadoras que atuam na cidade de Florianópolis. Inicialmente, observou-se a existência de 1 (um) Curso Normal de Nível Médio, oferecido pelo Instituto Estadual de Educação, e 286 cursos de licenciaturas<sup>3</sup>, disponibilizado em Florianópolis. As buscas pelos dados dos cursos deste município foram realizadas no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior, no site do e-MEC, a partir das seguintes estratégias: Link busca avançada; Curso de graduação. Já o curso de nível médio em magistério, foi encontrado no próprio site do IEE.

Devido ao grande número de cursos de licenciatura oferecidos em todas as esferas administrativas (público e privado) não foi possível realizar análise de todos. Tivemos então que delimitar nossas análises aos cursos de nível Médio (Curso Normal de Nível Médio) e de nível superior (licenciaturas) ofertadas pelas instituições públicas presentes nesse município.

Em síntese, para efeitos desta pesquisa foram analisados Curso Normal de Nível Médio, oferecido pelo Instituto Estadual do Estado de Santa Catarina (IEE) e os cursos de licenciatura da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC).<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> Ver Apêndice A

<sup>4</sup> Observa-se que existem outros cursos de Licenciatura ofertados pelos Institutos Federais, mas e outros cursos Normais de Nível Médio oferecidos em Florianópolis. Porém, para efeito dessa investigação estes não serão analisados, pois não teríamos tempo hábil para buscar os documentos pertinentes.

#### 1.4 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Ainda atuando como Professor Auxiliar de Educação Especial – PAEE da rede de Florianópolis e já iniciando meu processo de pesquisa para o TCC, pretendia analisar os cursos de formação continuada para os professores auxiliares de educação especial- PAEEs oferecidos pela SMF. Entretanto, a indisponibilidade de dados e informações, no site da Secretaria Municipal de Educação, alteraram o planejamento da pesquisa.

Mantendo o foco sobre as exigências formativas e a formação de PAEE, foram analisados os editais e proposições dos cursos ofertados e que atendiam às exigências, compreendemos que alcançaríamos nosso objetivo primeiro que, desde o início, foi compreender como e se esse profissional está preparado para atender à escolarização dos estudantes da educação especial na rede regular de ensino.

Foram analisados, então, todos os editais publicados entre 2006 e 2022 realizados pela Prefeitura de Florianópolis. Ao total, foram 14 editais que tratam da contratação do PAEE, sendo 3 concursos públicos e 11 processos seletivos para o quadro do magistério.

Analisamos também os cursos exigidos e em seus respectivos PPCs, suas matrizes curriculares e as ementas das disciplinas ofertadas que estabelecem relação com a Educação Especial, sendo um Curso Normal em Nível Médio e 11 cursos de Licenciaturas oferecidas pelas instituições públicas.

#### 1.5 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

O trabalho de conclusão está estruturado em quatro sessões, discriminados da seguinte forma:

A primeira sessão capítulo 1 – Introdução apresenta a temática sobre o profissional de apoio e a política pública utilizada no Brasil para a inclusão deste profissional em sala de aula, sendo apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos e as limitações da pesquisa.

Na segunda sessão, capítulo 2 - Levantamento bibliográfico é apresentada a revisão de literatura sobre o panorama do profissional de apoio e o retrospecto temporal da profissão no Brasil. O foco do trabalho se deu sobre a formação

acadêmica requerida para os professores de educação especial e os profissionais de apoio, abrangendo a busca em bancos de dados acadêmicos conceituados.

Já na terceira sessão, capítulo 3 – O Professor Auxiliar de Educação Especial na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, apresentamos o desenvolvimento do estudo bem como as etapas constituintes para atingir os objetivos elencados. Os editais para seleção dos professores auxiliares de educação especial (PAEE) no Município de Florianópolis são abordados. Também são detalhadas as matrizes curriculares, e planos de ensino dos cursos da UFSC e UDESC que contemplam a formação.

Na sessão quatro, capítulo 4 – são apresentadas as considerações finais sobre o trabalho e como o tema proporcionou esclarecidos acerca do tema abordado. Por fim, são apresentadas as Referências utilizadas para realização e fundamentação deste trabalho de conclusão de curso.

## **CAPÍTULO 2: LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO**

Neste capítulo é apresentado um breve histórico da formação de professores de educação especial e a sua conceitualização.

Também será apresentado nessa sessão o levantamento bibliográfico realizado na plataforma do Scientific Electronic Library Online (SciELO) e no portal de periódicos da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Biblioteca Digital Brasileira De Teses e Dissertações (BDTD). Com este objetivamos apreender a situação do profissional de apoio e como o mesmo é abordado nas produções acadêmicas da área da educação especial.

### **2.1 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E DO PROFISSIONAL DE APOIO**

Historicamente, no Brasil, para a apresentação dos dados em ordem cronológica, a formação de professores de educação especial iniciou nos anos de 1970, vinculada exclusivamente com habilitações em cursos de pedagogia, vinculados às deficiências (mental, auditiva, física e visual). Por volta de 1980, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) formaliza a criação do curso de Licenciatura em Educação Especial.

Com algumas reformas nos anos de 1990, na educação todo e, em específico, na formação de professores, essa formação passa por alterações, ainda nos cursos de Pedagogia, na qual a mais expressiva é a retirada das deficiências das habilitações, formando o que se chamou de “generalistas em educação especial”. Já nos anos 2000, mais precisamente no ano de 2006, o Conselho Nacional de Educação aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Pedagogia (BRASIL, 2006). Entre as mudanças apresentadas nas Diretrizes, uma das mais importantes se deu pela extinção de todas as habilitações em cursos de pedagogia. Assim, com as alterações realizadas, a formação de professores de educação especial sai dos cursos de Pedagogia e fortalece a iniciativa, já apresentada pela UFSM em 1980. Em 2013 o governo federal lança o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR (BRASIL,

2013) e, por intermédio desse programa, são criados diversos cursos de Licenciatura em Educação Especial no país.

Desde o ano de 2013 até o momento, houve muitas mudanças quanto à educação especial no Brasil. No ano de 2021, segundo dados de Michels (2021), o Brasil contava com 43 cursos de Licenciatura em Educação Especial. Para melhor analisar este número, a pesquisa desenvolvida por Michels (2021) analisou os 30 destes cursos, que estavam ativos naquele ano, e constatou que destes, seis eram cursos ofertados em instituições públicas e 24 em instituições privadas. Michels (2021) conclui que a formação de professores para a educação especial se caracteriza pela natureza privada. Além disso, a mesma pesquisa apresenta que 66,67% são cursos na modalidade a distância

Observa-se que, ao longo dos últimos 20 anos, as mudanças que ocorrem em relação à formação de professores de educação especial, estão relacionadas com as alterações na proposição política para a educação especial de maneira geral. Uma das alterações diz respeito à entrada do profissional de apoio/auxiliar

No ano de 2001 se institui por intermédio da Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001). Esta Resolução é responsável por apresentar, junto aos sistemas de ensino, o desafio de se organizar para incluir os alunos e atender suas necessidades educacionais especiais. Um dos Artigos apresentados pela Resolução, Art. 58, trata sobre o entendimento da educação especial como modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos “portadores de necessidades especiais”. Para sua realização, a Resolução detalha que, quando necessário, serviços de apoio especializado deverão ser oferecidos pela escola regular, para atender às peculiaridades do público da educação especial.

Ainda sobre essa Resolução, são apresentados de forma detalhada quais os requisitos para a formação do profissional que atuará em sala de aula, conforme o parágrafo 3º.

- Os professores especializados em educação especial deverão comprovar:
- I - Formação em cursos de licenciatura em educação especial ou em uma de suas áreas, preferencialmente de modo concomitante e associado à licenciatura para educação infantil ou para os anos iniciais do ensino fundamental;
  - II - Complementação de estudos ou pós-graduação em áreas específicas da educação especial, posterior à licenciatura nas diferentes áreas de

conhecimento, para atuação nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio (BRASIL, 2001).

Essa Resolução também apresenta o “Professor capacitado” e sua respectiva formação e atribuição:

§ 1º São considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores para: I – perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva; II - flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem; III - avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais especiais; IV - atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial. (BRASIL, 2001).

Essa Resolução n. 2 está em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) n.9.394 de 1996 (BRASIL, 1996). No Art. 58 dessa LDBEN é apresentada a Educação Especial como uma modalidade de ensino, que seja preferencialmente oferecida na rede regular de ensino e direcionada a estudantes com necessidades especiais. A Lei deixa claro que os sistemas de ensino são responsáveis por garantir currículos dos profissionais, técnicas e métodos de sala de aula, recursos educativos que atendam às necessidades dos alunos (GRIBOSKI et al., 2008). Ou seja, é dever do poder público a realização da matrícula de estudantes com necessidades especiais na rede regular de ensino e que ele deve ser responsável pela garantia de serviços de apoio especializados, de qualidade.

No ano de 2008, é publicada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – (PNEEPEI) (BRASIL, 2008). Sua elaboração foi baseada na implementação de políticas inclusivas que pretendam ser “efetivas e duradouras”. (MEC/SEESP, 2001). Conforme detalhamento apresentado no Capítulo VI da PNEEPEI, orienta-se aos sistemas de ensino que entre os profissionais presentes em sala de aula estão os tradutores / intérpretes de Libras, guia-intérpretes, monitores ou cuidadores para auxiliar alunos nas atividades de higiene, alimentação e locomoção no cotidiano escolar e outras que tiverem necessidade de apoio constante (Brasil, 2001).

Essa mesma proposição política apresenta diferentes nomenclaturas ao profissional de apoio: cuidador, monitor, profissional de apoio, auxiliar de ensino de educação especial, professor, auxiliar de educação especial, segundo professor,

agente de apoio a educação especial, entre outras. Este tem como função desenvolver atividades com os, estudantes públicos da educação especial, relacionadas à higiene, alimentação, locomoção, entre outras que exijam auxílio constante no cotidiano escolar (BRASIL, 2008)<sup>5</sup>.

Observa-se a partir das análises um silenciamento relacionado à formação dos profissionais de apoio, “professores auxiliares, cuidadores, monitores, segundo professor de turma, auxiliar de educação especial, auxiliar de educandos com deficiências”, conforme apontam os resultados das pesquisas de Lopes (2018). A Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) descreve a função deste profissional como importante para a inclusão de estudantes nas escolas regulares, sendo estes os responsáveis pela alimentação, higiene e locomoção do aluno com deficiência. No entanto, algumas questões referentes a esse profissional, como a função desse profissional, a exigência formativa e sua respectiva formação para ingressar nesse cargo, ainda merece análise. Do ponto de vista atual sobre a situação, tem-se conhecimento de que diversos profissionais que trabalham com a educação especial, em salas de aula regulares, não possuem formação específica e a mesma não é regulamentada em nível nacional.

A falta de informações sobre a exigência formativa destes profissionais também é perceptível do ponto de vista acadêmico, uma vez que poucas pesquisas são encontradas sobre o tema. Uma das pesquisas utilizadas como norteadoras do assunto é apresentada por Garcia (2020), que tem o propósito de organizar e analisar os dados de editais de contratação de profissionais das categorias docentes e não docentes que atuam com estudantes, público-alvo das políticas de educação especial. Esta pesquisa foi referência para o desenvolvimento de dois relatórios do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPQ), apresentados pelas bolsistas, Costa (2020) e Souza (2022). Esses relatórios indicam que as exigências formativas presentes nos editais, tanto de contratação de caráter temporário como de efetivo dos profissionais de apoio, variam conforme o Estado, a região e o município.

---

<sup>5</sup>Observe-se que ainda hoje a obrigatoriedade desse profissional, em nível nacional, é matéria de discussão, quando a Câmara de Deputados aprova projeto de lei (PL) que torna a oferta do profissional de apoio escola a estudantes da educação especial obrigatório. Esse PL segue para o Senado Federal para apreciação. <https://www.camara.leg.br/noticias/1012740>, acesso em 01/11/2023.



Estes relatórios ressaltam que foram encontrados poucos concursos para efetivos e mais para processos seletivos para professores substitutos, admitidos em caráter temporário (ACTs) Costa (2020) e Souza (2022).

Observa-se nesses relatórios nomenclaturas diferentes para o mesmo cargo, formações e níveis de formação exigidos por cada edital, com diferenças quando o edital se refere a concurso público ou processo seletivo. Segundo Souza (2021), nestes editais ocorre à descrição dos profissionais como Auxiliares, necessitando apenas do nível de ensino fundamental, também há denominação de cuidadores, e estes sequer necessitam de formação escolar básica para atuar nas escolas públicas de educação básica com o público da educação especial.

De forma criteriosa, as pesquisas de Costa (2020) e Souza (2022) analisaram o tipo de edital, identificando os processos seletivos e os concursos públicos, à quantidade de vagas, à nomenclatura dos cargos, os conhecimentos específicos e à escolaridade exigida e as atribuições dos editais de nível nacional dos 26 estados brasileiros e do Distrito Federal, bem como das capitais (secretarias municipais). Verificou-se de forma clara que a nomenclatura dos profissionais de apoio de educação especial pode sofrer alteração com base na sua esfera de administração, sendo ela municipal, estadual ou, federal, no entanto, as atribuições continuam as mesmas, atribuídas ao cuidado, higienização e locomoção. Esta pesquisa tem como centralidade a Rede Municipal de Educação de Florianópolis que apresenta esse profissional como Professor Auxiliar de Educação Especial (PAEE), conforme recomenda a Política da Educação Especial do Município (FLORIANÓPOLIS, 2014) e que passamos a tratar no próximo capítulo.

## 2.2 O PROFISSIONAL DE APOIO NAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS

No decorrer deste trabalho de conclusão de curso, diversos apontamentos foram realizados sobre a importância da presença do profissional de apoio à educação especial para o ensino e desenvolvimento dos estudantes da rede pública da educação especial. Porém, podemos questionar como esse profissional tem sido abordado nas pesquisas acadêmicas?

Para responder a essa questão foi realizado levantamento bibliográfico em diferentes bancos de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO), portal de

periódicos da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Biblioteca Digital Brasileira De Teses e Dissertações (BDTD). Optamos por fazer o recorte temporal a partir da publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008).

Para a busca, foram utilizados diferentes verbetes relacionados às nomenclaturas empregadas para esse profissional, tais como: profissional de apoio, auxiliar em ensino de educação especial, cuidador, professor auxiliar de educação especial e segundo professor de turma.

Importante destacar que diversas produções e pesquisas foram encontradas, entretanto, muitos estavam relacionados ao verbete "cuidador" como profissional da saúde. Desta forma, foram desconsiderados para este levantamento bibliográfico.

Na plataforma BDTD (Quadro 8), utilizando os filtros de busca a partir dos verbetes já indicados, foram encontrados 14 trabalhos.

No banco de dados da Scielo foi encontrado 1 trabalhos, apresentado no quadro 9. Já no banco de dados da CAPES os trabalhos encontrados já haviam sido selecionados no banco de dados da BDTD.

### **2.2.1 Produções selecionadas no Banco de dados Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)**

Conforme já indicado, 14 produções que tratam do profissional de apoio aos estudantes da educação especial foram selecionadas na BDTD, todas originadas de dissertações de mestrado conforme apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 - Trabalhos relacionados ao profissional de apoio BDTD

<b>Autor(es)</b>	<b>Natureza/ Instituição</b>	<b>Título</b>	<b>Ano</b>
Maria Silvia MARTINS	Dissertação UFSC	O profissional de apoio na rede regular de ensino: a precarização do trabalho com alunos da educação especial.	2011
Adriana de Oliveira FREITAS	Dissertação UFJF	Atuação do professor de apoio à inclusão e os indicadores de ensino colaborativo em Goiás.	2013
Manoela FONSECA	Dissertação UFSM	Das políticas públicas de inclusão escolar à atuação do profissional de apoio/monitor	2016

Vania Fernanda GulartPORTALE TTE	Dissertação UFMS	Profissional de apoio: práticas colaborativas com ênfase inclusiva no espaço escolar.	2017
Flávia Junqueira da SILVA.	Dissertação UFU	As políticas públicas de inclusão e o professor de apoio: desafios na/para a escola contemporânea	2018
Oziel Mendes PAIVA JÚNIOR	Dissertação UFJF	O papel do professor de apoio no cotidiano escolar: reflexões sobre a gestão de práticas na escola pública.	2018
Mariana Lopes MOREIRA	Dissertação UFSCar	Perfil e atuação dos profissionais de apoio à inclusão escolar.	2018
Amanda BURCHERT	Dissertação Unilasalle	O profissional de apoio no processo de inclusão de alunos público-alvo da educação especial no ensino público fundamental.	2018
Beatriz Ribeiro Aleluia PICOLINI	Dissertação UFG	Trajetória formativa/ profissionais de professores de apoio e professores regentes em condição de biocência.	2019
Luciane Clementino Pereira AGUILLAR.	Dissertação UFGD	Formação do profissional de apoio educacional para o atendimento de crianças com autismo no ensino regular.	2019
Graziella Montes VALVERDE	Dissertação UFJF	Inclusão escolar em juiz de fora – MG: a implantação do profissional de apoio nas escolas municipais da cidade alta (uma análise documental após a edição da lei 13.146/2015)	2020
Juliane Dayrle Vasconcelos da COSTA	Dissertação UFSCar	Papéis dos profissionais da rede de apoio à inclusão escolar na educação infantil.	2021
Camila Carlini Bonilha PIOVEZAN	Dissertação UFSCar	Requisitos para contratação de profissionais de apoio escolar nos sistemas estaduais de educação	2022
Sheyla Alves XAVIER	Dissertação UFPE	Um olhar sobre a prática de profissionais de apoio a alunos com deficiência da rede municipal de ensino do Recife.	2019

Fonte: elaborado pela autora a partir do banco BDTD

Com base no quadro de produções apresentamos algumas considerações em relação a cada uma delas.

A pesquisa de Martins (2011) apresenta como título “O profissional de apoio na rede regular de ensino: a precarização do trabalho com alunos da educação especial”. Neste trabalho investigou-se a atuação dos profissionais de apoio e sua forma de organização para o atendimento aos alunos da educação especial nas classes regulares. Para o desenvolvimento do trabalho, a autora centra suas análises na Regional Grande Florianópolis e nesta buscou-se dimensionar a

incidência do profissional de apoio na classe regular e identificar as denominações atribuídas ao profissional de apoio. Além disso, foram delimitados pontos sobre quais suas atribuições previstas e realizadas para/pelo profissional de apoio, além da caracterização das condições de atuação dos profissionais de apoio em exercício. Para a obtenção de dados para a fundamentação da pesquisa, documentos municipais e das políticas nacionais voltados à Educação Especial no Brasil foram analisados. A pesquisa de Martins também apresentou análises de estudos de Orlandi (2007) sobre a análise de discurso, de Shiroma et al (2005) sobre a análise de textos políticos e de Fairclough (2001) sobre a análise social do discurso. Para a obtenção dos resultados, a pesquisa de Martins (2011) foi dividida em duas etapas, na primeira fase da pesquisa, foi realizado um panorama de 9 (nove) redes municipais, que compõem a Regional Grande Florianópolis, e atua com profissionais de apoio em classe. Nesta fase, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com coordenadores de Educação Especial dos municípios de Florianópolis e São José, para conhecer às propostas políticas para a organização do cargo em suas redes. Com o campo empírico delimitado, foram obtidas informações diretamente com os profissionais de apoio que atuam em ambas as redes. As questões que emergiram dos relatos dos profissionais entrevistados possibilitaram a identificação, de forma mais intensa, da principal reivindicação da categoria, sendo a "desvalorização" do trabalho desenvolvido. Essa percepção foi então relatada pelo autor, como constituinte da precarização do trabalho docente realizada pelo profissional de apoio. Para tratar sobre tal conceito foram utilizados os estudos de Marin (2010), Marin e Sampaio (2004) e Oliveira (2004).

A pesquisa de Martins (2011) é tida como norteadora, pois a partir desta pesquisa, foram evidenciadas as problemáticas existentes no cargo de profissional de apoio com relação a aspectos de ausência de formação, ausência de propostas governamentais que regularizem o cargo em alguns municípios, baixos salários, sobrecarga de trabalho, pouca valorização e falta de condições para desenvolver seu trabalho. De forma conjunta, estes elementos constituem um processo de precarização e intensificação do trabalho docente. Além disso, se torna explícito, que o modelo de inclusão escolar difundido nas políticas nacionais para Educação Especial, indica a ausência dos aspectos pedagógicos na escolarização dos sujeitos da Educação Especial, matriculados nas classes regulares de ensino.

Complementando as observações, a dissertação de mestrado de Freitas (2013), intitulada “Atuação do professor de apoio à inclusão e os indicadores de ensino colaborativo em Goiás”, discute o papel do professor de apoio no cotidiano escolar. Essa pesquisa também traz reflexões sobre a gestão das práticas inclusivas na escola pública, uma vez em que utiliza como espaço amostral uma escola estadual da rede Catalão Goiás. A partir dos dados obtidos, a autora indica que sua principal lacuna, se dá em compreender e descrever de forma detalhada as funções desempenhadas pelo professor de apoio nas escolas. Este tema se torna recorrente pela não delimitação geral do tema, e assim, percebe-se que existe um distanciamento entre os profissionais de apoio e os demais professores. Freitas (2013) aponta que este fato pode estar associado ao fato constatado de que o processo de inclusão da Escola Estadual Campo dos Sonhos não está consolidado, principalmente na relação entre o professor de apoio e professor regular, bem como no processo de formação continuada dos professores. Cujo objetivo é o de iniciar o processo de discussão, sobre a formação e avaliação dos debates sobre inclusão na escola analisada.

Objetivando descrever como ocorre a atuação do profissional de apoio/monitor no contexto de uma escola da rede privada de ensino do município de Santa Maria, Fonseca (2016) apresenta sua pesquisa de mestrado sob o título “Das políticas públicas de inclusão escolar à atuação do profissional de apoio/monitor”. O instrumento metodológico utilizado em sua investigação foi uma entrevista semiestruturada com cinco profissionais de apoio/monitores e uma professora da educação especial. Para a condução do estudo, dois grandes eixos foram utilizados pela autora sendo eles a possibilidades de atuação do profissional em sala de aula e as concepções sobre o profissional de apoio/monitor no contexto escolar. Entre as funções exercidas pelos profissionais estão a realização do Atendimento Educacional Especializado, verificação de planejamentos e avaliações dos alunos. Os entrevistados da pesquisa reconhecem que sua atuação profissional está além das funções específicas de apoio à higiene, locomoção e alimentação. Ou seja, fica claro que os mesmos estão assumindo responsabilidades que extrapolam o previsto nas políticas públicas de inclusão escolar. Nessa pesquisa a autora conclui que os requisitos para atuação como professor de apoio não envolvem profissão regulamentada e não constitui um campo de saber específico, mas sim uma função

dentro do contexto escolar, podendo esta ser exercida por profissionais de diferentes áreas.

Portalette (2017) tem como objetivo de sua pesquisa de mestrado compreender a presença e as especificidades do profissional de apoio para a inclusão escolar dos alunos com deficiência e apresenta sua dissertação sob o título: “Profissional de apoio: práticas colaborativas com ênfase inclusiva no espaço escolar”. Para realização desta pesquisa a autora utiliza a observação participante, diário de bordo e a entrevista semiestruturada com os profissionais de apoio de uma escola da rede municipal de Santa Maria-RS. A análise foi realizada a partir da técnica de categorização, e nesta verificou-se que as categorias convergem quanto às práticas de ensino, apoio pedagógico e a formação necessária imposta para atuação do profissional de apoio. Quanto aos resultados, a pesquisa apontou que os profissionais regentes compreendem que o profissional de apoio realiza práticas de ensino com os alunos público-alvo da educação especial. Destaca então que os profissionais de apoio reconhecem o seu papel na inclusão dos alunos com deficiência como um apoio pedagógico. Neste caso, compreende-se que se deve considerar a necessidade de que os profissionais de apoio passem por um processo formativo para atuar com os alunos caracterizados como público-alvo da educação especial.

Lopes (2018), em sua dissertação de mestrado intitulado “Perfil e atuação dos profissionais de apoio à inclusão escolar” analisa as atuações dos profissionais do profissional de apoio à inclusão escolar-PAIE e em como esta tem sido tratada pelas políticas de escolarização, que mesmo sendo apresentada de forma mais frequente em sala de aula, segue apresentando questões conflituosas nos contextos escolares. Para seu desenvolvimento, a pesquisa foi baseada em quatro eixos temáticos: (i) condições de trabalho, público atendido, funções atribuídas e exercidas e impacto da atuação dos profissionais de apoio. Após análise das variáveis, a autora apresenta a relevância do profissional no contexto escolar e como este se faz simultaneamente com a precariedade do cenário. A autora considera preocupante a forma como a participação do profissional de apoio tem sido usada nas políticas de inclusão escolar. Estas questões se apresentam pela falta de delimitação das funções e atribuições dos profissionais, seu perfil profissional e as condições de trabalho necessárias para o trabalho. Lopes (2018) apresenta como alerta que um dos motivos para esta falta de padronização pode estar associado ao mecanismo de

barateamento e simplificação do sistema de apoio, uma vez que compreende que há clareza sobre a contribuição do profissional no processo de inclusão escolar de estudantes que requerem apoio, sua capacitação deveria também ser clara. Como conclusão Lopes (2018) se atenta a uma análise da política de apoio à inclusão escolar no ambiente acadêmico e ressalta que além das diferenças de nomenclatura, existem conflitos e mal-entendidos que surgem da atuação desse profissional no ambiente escolar. Também destaca que a falta de produção científica sobre o tema, pode estar relacionado ao empobrecimento do debate e assim reforça que cada vez mais que pesquisas devam ser publicadas sobre o tema.

Analisado a atuação dos profissionais de apoio (PA) no processo de inclusão de alunos da educação especial no ensino público fundamental Burchert (2018) apresenta sua dissertação de mestrado com o título: “O profissional de apoio no processo de inclusão de alunos público-alvo da educação especial no ensino público fundamental”.

Nesta pesquisa a autora realizou o mapeamento das produções acadêmicas que destacassem o profissional de apoio (PAs) em documentos federais, estaduais e municipais do Estado do Rio Grande do Sul (RS). Como norteador, foram utilizadas contribuições teóricas e dispositivos legais disponíveis em documentos escolares e jurídicos, além de entrevistas com profissionais de apoio. Após análises, os resultados indicaram a predominância de estudantes de graduação para atuarem como profissionais de apoio (PAs) na forma de estágios e monitorias, sem que houvesse identificação ou escolha inicial do trabalho com educação especial. Sobre o atendimento desenvolvido por esse profissional aponta que, em geral, há um ou dois alunos por sala de aula e que o PA realiza atividades de planejamento, adaptação e produção de materiais, além do ensino, ou seja, caracterizando uma condução pedagógica no apoio realizado. Para a autora, esse tipo de atividade acaba por restringir a relação dos alunos especiais com o professor regente, com os colegas e demais participantes da escola e restringido também as potencialidades de aprendizado dos estudantes.

Sílvia (2018) apresenta sua dissertação de mestrado sob o título: “As políticas públicas de inclusão e o professor de apoio: desafios na/para a escola contemporânea”. Esta investigação teve como objetivo analisar a atuação do professor de apoio na rede pública municipal de ensino da cidade de Uberlândia/MG, por meio de análise dos aspectos de âmbito legal, administrativo e

pedagógico. Para o refinamento dos dados, a ótica da Educação Especial numa vertente inclusiva foi utilizada e os dados analisados referem-se ao período de 2012 a 2017. As informações obtidas são provenientes de um estudo documental, porém a opinião dos profissionais também foi considerada, por meio de entrevistas semiestruturadas e questionários, empregando-se como instrumento analítico a análise documental e a análise do discurso. Ao final da pesquisa, a autora destaca que, por vezes, nas políticas públicas de inclusão, tem-se enunciado como de “educação para todos”, entretanto, esta emerge para atender aos interesses de uma hegemonia social. Por vezes, este slogan (educação para todos) atua como uma estratégia para monitorar a vida da população e quando se relaciona este fato, o professor de apoio é apresentado como possível sujeito para reforçar esse paradigma no âmbito escolar e sua governamentalidade. Também observou que a falta de dispositivos legais tem imposto dificuldades no objetivo de inclusão dos alunos presentes na escola.

Análise do papel do Professor de Apoio no cotidiano escolar e a gestão das práticas inclusivas na escola pública foram analisadas por Paiva Junior (2018). Em seu mestrado intitulado “O papel do professor de apoio no cotidiano escolar: reflexões sobre a gestão de práticas na escola pública”, o autor descreveu as funções desempenhadas pelo Professor de Apoio de modo observacional, através do mapeamento das possibilidades e os limites da atuação do profissional no interior da instituição escolhida como referência. Para elaboração das análises, o profissional de apoio foi observado sobre suas funções, além de sua própria percepção, mas também da comunidade escolar, dos pais e/ou responsáveis pelos alunos, dos professores regentes e demais membros do conselho escolar. Como resultado, o autor propôs a implementação de um Plano de Ação Educacional a ser desenvolvido como estratégias de flexibilização e adaptação curricular, com a criação de práticas pedagógicas alternativas e que atuem de modo colaborativo com os demais professores.

A formação do profissional de apoio foi tema da dissertação de mestrado de Aguillar (2019), cujo título é: “Formação do profissional de apoio educacional para o atendimento de crianças com autismo no ensino regular”. Nesta pesquisa os suportes teórico-metodológicos oferecidos nos cursos de Pedagogia foram identificados de modo a servirem como auxílio ao profissional de apoio educacional. Para o desenvolvimento da pesquisa, cinco Universidades Federais da região



Centro-Oeste do Brasil serviram de empiria. A autora que não há aprofundamento na compreensão da inseparabilidade entre sociedade e indivíduo, e essa falta resulta em propostas dicotômicas com duas vertentes, seja tendendo para a sociedade e outra, para o indivíduo. Outra observação importante ressaltada nesta pesquisa se dá pela escassez das temáticas do Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos projetos pedagógicos. Desta forma, percebe-se que a formação do professor fica comprometida, uma vez em que um dos objetivos principais da função não é cumprido, que corresponde a necessidade de uma educação inclusiva.

Sob o título “Trajetória formativa/ profissionais de professores de apoio e professores regentes em condição de biociência” Picolini (2019) desenvolve sua pesquisa de mestrado, analisando as qualificações do professor de apoio e do professor denominado regente. Para a compreensão das qualificações atribuídas a cada um, a trajetória acadêmica e profissional de ambos foi delimitada. Ao longo do trabalho foram analisados os papéis desempenhados tanto pelo professor de apoio como pelo regente, uma vez em que ambos necessitam trabalhar conjuntamente para que sejam criadas as condições de acompanhamento e evolução dos alunos especiais. Embora tenha se entendido que as funções desempenhadas pelos profissionais devessem se complementar em sala de aula, os resultados apontaram que existem lacunas permanentes neste tópico, principalmente relacionadas com a formação acadêmica requerida para o profissional e suas funções. De modo geral, o que se tem percebido, segundo o estudo, é que o professor de apoio dedica atenção ao aluno especial e o professor regente ao restante da turma, individualizando as funções (PICOLINI, 2019). Para que estas lacunas sejam preenchidas, a autora que devem ser implementadas políticas públicas efetivas de formação e que esta se estenda tanto a âmbito nacional, como estadual e municipal. A autora também destaca que os dados apontam que com o passar dos anos, a formação específica na área de Educação Especial tem se apresentado como uma individualização do profissional e não para o trabalho conjunto.

Em 2020, Valverde (2020) apresenta sua dissertação de mestrado intitulado “Inclusão escolar em Juiz de Fora – MG: a implantação do profissional de apoio nas escolas municipais da cidade alta (uma análise documental após a edição da lei 13.146/2015)”. Procurando analisar a implantação do profissional de apoio nas escolas após a publicação da Lei 13.146/2015, a autora analisou os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das escolas municipais de Juiz de Fora, procurando

identificar se os documentos em vigor refletiam efetivamente os propósitos sociais do direito à educação inclusiva das Pessoas com Deficiência (PcD). Ao longo das análises, ficou evidente que a partir da implementação da referida Lei, houve aumento considerável no número de matrículas de pessoas da educação especial, na rede regular de ensino. Entretanto, dificuldades foram observadas quanto à definição sobre o profissional de apoio e suas funções atribuídas. Uma das observações apontadas na pesquisa foi de que o município se utilizou de uma lacuna legislativa para que fosse possível a substituição de professores de apoio por auxiliares.

Xavier (2020) apresenta em seu artigo intitulado “Um olhar sobre a prática de profissionais de apoio a alunos com deficiência da rede municipal de ensino do Recife” a busca pela caracterização da prática de profissionais de apoio com alunos com deficiência matriculados em escolas da Rede Municipal de Ensino do Recife. Indicando que este trabalho é desenvolvido atualmente por Estagiários de Apoio e Agentes de Apoio Educacional Especial (AADEEs), a autora aponta que as práticas pedagógicas desenvolvidas na escola para o atendimento aos alunos com deficiência estão centradas na figura do professor do AEE e na garantia da presença de um profissional de apoio em sala de aula para esses estudantes. A prática desenvolvida por esses profissionais se caracteriza pelo auxílio às tarefas relacionadas ao cuidado e suporte pedagógico individualizado aos alunos com deficiência, mesmo que não haja clareza sobre suas atribuições na legislação nacional e local e, por vezes, sem orientação dos outros profissionais da escola.

Buscando descrever a rede de apoio à inclusão escolar na educação infantil Costa (2021) apresenta sua dissertação de mestrado sob o título: “Papéis dos profissionais da rede de apoio à inclusão escolar na educação infantil”. Nessa investigação a autora apresenta os papéis atribuídos e desempenhados pelos profissionais da educação infantil em acompanhamento dos estudantes da educação especial. A autora destaca que foi possível a identificação da presença de diferentes categorias de profissionais em atuação no apoio a estes estudantes na educação infantil do município de São Carlos. Mesmo com esta identificação, são ressaltadas informações importantes, como a de que o elevado número de profissionais atuando não significa diretamente que a atuação apresentada seja de parcerias colaborativas. Assim, a conclusão da pesquisa reforça a necessidade da definição

clara das atividades sob responsabilidade dos profissionais, para que possam ser traçadas estratégias de minimização das sobrecargas de trabalhos, bem como os desvios de funções.

Piovezan (2022) apresentou sua dissertação de mestrado com o título “Requisitos para contratação de profissionais de apoio escolar nos sistemas estaduais de educação”. Nesta pesquisa a autora detalha as atribuições e formações necessárias ao profissional de apoio, bem como os requisitos necessários para a contratação desse profissional no sistema estadual de São Paulo. A pesquisa traz como objetivo a descrição e a análise das atribuições de regulamentação para a contratação dos profissionais de apoio escolar nas redes de ensino, os cargos, as funções e as condições de trabalho oferecidas a estes profissionais. São detalhadas as condições de contratação utilizadas para este cargo e assim, as funções atribuídas. A Lei Brasileira de Inclusão- LBI (BRASIL, 2015) é analisada pela autora, bem como as políticas e documentos norteadores ao profissional de apoio escolar (PAE). Um ponto importante da pesquisa é realizado quando da crítica sobre a ausência de uma legislação específica que contemple os PAEs, além dos impactos da desregulamentação que tendem a acarretar o barateamento e precarização do serviço prestado.

### 2.2.2 Produções selecionadas no Banco de dados do Scielo

Como já apontado no início desse capítulo, uma produção foi encontrada quando do levantamento bibliográfico feito no Scielo, conforme Quadro 2.

Quadro 2 - Trabalhos relacionados ao profissional de apoio no Scielo

<b>Autor</b>	<b>Natureza/ Instituição</b>	<b>Periódico</b>	<b>Ano</b>
Giovani Ferreira BEZERRA	Artigo	A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: a Problemática do Profissional de Apoio à Inclusão Escolar como um de seus Efeitos	2020

Fonte: elaborado pela autora

O artigo com o título “A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: a Problemática do Profissional de Apoio à Inclusão Escolar como um de seus efeitos” é apresentada por Bezerra (2020). Nesse artigo o autor buscou analisar a caracterização dos profissionais de apoio

com base nas orientações governamentais e nos documentos legais emanados logo após a publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a fim de compreender o que se espera desse agente e de sua formação no contexto da Educação Especial inclusiva delineado pela citada política. Os resultados apresentados se baseiam no profissional de apoio à inclusão escolar, cuja designação não é única.

Do ponto de vista legal e normativo, há um silenciamento quanto à formação exigida para desempenho do cargo, exercido por estudantes universitários ou mesmo por pessoas com nível médio de escolaridade. Tais circunstâncias desqualificam a formação especializada e o papel do professor da Educação Especial na promoção do ensino colaborativo, em nome de alternativas consideradas mais econômicas para as redes públicas de ensino.

### 2.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

A partir das leituras e das sínteses das produções acadêmicas relacionadas ao profissional de apoio educacional, observa-se que duas problemáticas permanecem nas produções: formação e valorização desses profissionais.

Grandes partes das pesquisas analisadas indicam que os profissionais que atuam no atendimento dos estudantes públicos da educação especial, não possuem formação específica para exercer essa função. Com base nisso, supõem-se que, por não terem a função regulamentada pelas políticas que assegurem o trabalho, a função exercida por eles, cada município formula as atribuições destinadas a essa profissão de acordo com suas necessidades.

Na pesquisa realizada por Xavier (2019), é descrita a presença de estagiários trabalhando com os estudantes da educação especial e realizando as atividades de apoio. Burchet (2020) também indica a predominância de estudantes de graduação como estagiários ou monitores para atuarem como profissional de apoio-PAs, não havendo identificação ou escolha inicial do trabalho com educação especial. Para Xavier (2019) e Lopes (2018) a regulamentação legislativa é considerada de extrema urgência e que esta poderá refletir, de forma quase imediata, em melhorias durante as contratações e nas condições de trabalho dos profissionais. Estas melhorias estão diretamente relacionadas às condições de acesso e permanência dos estudantes, uma vez que consideram a presença de um

profissional especializado em articulação aos demais profissionais da instituição e sua atuação direta com o aluno.

Outro ponto ressaltado por diversas pesquisas é feito pelas diferenças de nomenclatura, onde existem atualmente conflitos e mal-entendidos em torno do profissional nos ambientes escolares. Estudos como o de Portallet (2017), Fonseca (2016), Burchet (2018), Lopes (2018), corroboram essa afirmação, destacando ainda que a ausência de pesquisas e documentos legais que regem a contratação desse profissional e suas funções corrobora para que os conflitos permaneçam.

Segundo Barreto (2009) a ampliação do acesso à educação básica não tem sido acompanhada de investimentos na implementação das mudanças necessárias nas seguintes áreas: formação dos professores, políticas, currículos, condições de trabalho dos profissionais da educação (incluindo carreira e salários), infraestrutura das escolas, reorganização das condições de ensino.

A leitura e análise destas pesquisas corroboram com o desenvolvimento dessa investigação, pois foi capaz de destacar pontos importantes para nossa análise como a função do profissional de apoio, os documentos que tratam dele nas redes, sua formação e carreira, entre outros elementos que localizam esse profissional no meio acadêmico.

## **CAPÍTULO 3: O PROFESSOR AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS**

Nesta sessão, é apresentado o desenvolvimento do problema abordado nessa pesquisa. Para tanto, foram analisados os editais para contratação do professor auxiliar realizados no município de Florianópolis para compreender quais os requisitos exigidos e estabelecer uma relação entre eles.

### **3.1 O PROFESSOR AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (PAEE) NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS: EXIGÊNCIAS FORMATIVAS E SUA FORMAÇÃO**

Se, em nível nacional, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) indicava pela primeira vez a presença dos profissionais de apoio, a Rede Municipal de Ensino de Florianópolis passou a contar com esse profissional a partir do ano de 2006.

O que consta no Plano Municipal de Ensino de Florianópolis – 2015-2025 (FLORIANÓPOLIS, 2015) é que esta Rede de Ensino, de alguma maneira, se antecipou às proposições de perspectiva inclusiva em nível nacional. Segundo consta neste documento, em 2002 essa rede passou a exercer práticas de promoção de acessibilidade que conferem aos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação o acesso, a permanência e a participação nas classes do ensino regular.

Foi em 2006 que a Rede Municipal de Educação de Florianópolis lançou seu primeiro edital com a descrição para o cargo de "Auxiliar de Ensino para Educandos com Deficiência" e, em 2009, ocorreu o primeiro concurso público para efetivo para este cargo com a nomenclatura denominada "auxiliar de ensino". A partir do ano de 2014, a nomenclatura referente a esse profissional foi alterada para "Professor Auxiliar de Educação Especial" (FLORIANÓPOLIS, 2014).

Art. 4º São consideradas atribuições do professor auxiliar de educação especial:

I. Realizar atividades de locomoção, cuidados pessoais e alimentação dos estudantes com deficiência em articulação com as atividades escolares e pedagógicas, garantindo a participação desses estudantes com os demais colegas.

- II. Auxiliar o estudante com transtorno do espectro autista na organização de suas atividades escolares;
- III. Auxiliar os estudantes com deficiência ou com transtorno do espectro autista na resolução de tarefas funcionais, ampliando suas habilidades em busca de uma vida independente e autônoma;
- IV. Participar dos momentos coletivos de organização do trabalho pedagógico da escola, tais como: reuniões pedagógicas, colegiado de classe, planejamento, grupos de estudos das unidades educativas, entre outros.
- V. Conduzir o estudante, juntamente com o professor de Educação Física e a turma, para as aulas de Educação Física de modo a envolvê-lo nas atividades coletivas, planejadas pelo professor de Educação Física;
- VI. Trabalhar em parceria e de forma articulada com o professor de sala de aula e o professor da sala multimeios, sem que assuma atividades de Escolarização ou de Atendimento Educacional Especializado.
- VII. Elaborar relatórios sobre o estudante que acompanha, anexando-os às pastas dos estudantes arquivadas nas salas multimeios. (FLORIANÓPOLIS,2014)

Porém, como pode-se observar, mesmo que nesse documento este profissional passa a ser denominado de PROFESSOR, suas atribuições continuam as mesmas.

### **3.2 Editais para contratação de professor auxiliar de educação especial-PAEEs**

Quando iniciamos as análises dos editais para contratação desse profissional, observamos que, em termos quantitativos, até julho de 2023, foram publicados 14 editais, sendo 3 referentes a concursos públicos (2009, 2010 e 2019); e 11 editais referentes a processos seletivos.

Em agosto de 2023 também foi lançado concurso público, porém, em virtude do tempo de desenvolvimento da pesquisa, este último não será analisado.

**Quadro 3 - Editais dos processos seletivos na RNEF para contratação de PAEE e as exigências de formação**

<b>Número do edital</b>	<b>Exigência formativa</b>
002/2006	Formação no Ensino Médio, com habilitação em Magistério ou Graduado, ou estudante da 5ª fase em diante em Licenciaturas na área da Educação. (FLORIANÓPOLIS,2006)

011/2010	Formação no ensino médio em Magistério, ou graduado, ou estudante da 5ª fase em diante dos cursos de graduação em licenciaturas. (FLORIANÓPOLIS, 2010)
002/2011	Formação no ensino médio em Magistério, ou graduado, ou estudante da 5ª fase em diante dos cursos de Licenciaturas. (FLORIANÓPOLIS, 2011)
004/2012	Formação no ensino médio em Magistério, ou graduado, ou estudante da 5ª fase em diante dos cursos de Licenciaturas. (FLORIANÓPOLIS, 2012)
011/2014	Formação no ensino médio em Magistério; ou Licenciatura em Pedagogia; ou graduado, ou estudante da 5ª fase em diante dos cursos de Licenciaturas. (FLORIANÓPOLIS, 2014)
014/2015	Formação no ensino médio em Magistério, ou graduado, ou estudante da 5ª fase em diante dos cursos de graduação em licenciaturas. (FLORIANÓPOLIS, 2015)
011/2016	Graduado ou estudante da 5ª fase em diante do curso de Licenciatura em Educação Especial; ou - Anteriores a Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006: Licenciatura em Pedagogia, com habilitação em Educação Especial; ou - Com base na Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006: Licenciatura em Pedagogia com especialização em Atendimento Educacional Especializado. (FLORIANÓPOLIS, 2016)
004/2018	Formação no ensino médio em Magistério, ou graduado, ou estudante da 5ª fase em diante dos cursos de graduação em licenciaturas. (FLORIANÓPOLIS, 2018)
010/2019	Graduação no curso de Licenciatura em Pedagogia; Formação no Ensino Médio em Magistério; Estudante da 5ª fase em diante no curso de Licenciatura em Pedagogia. (FLORIANÓPOLIS, 2019)
010/2021	Graduação no curso de Licenciatura em Pedagogia; Graduação em Licenciaturas; Formação no Ensino Médio em Magistério; Estudante da 5ª fase em diante no curso de Licenciatura em Pedagogia. (FLORIANÓPOLIS, 2021)
023/2022	Graduação no curso de Licenciatura em Pedagogia; Graduação em Licenciaturas; Formação no Ensino Médio em Magistério; Estudante da 5ª fase em diante no curso de Licenciatura em Pedagogia. (FLORIANÓPOLIS, 2022)

Fonte: elaborado pela autora

Nos editais de contratação de 2006, 2010, 2011, 2012, 2015 e 2018, é possível observar que as exigências formativas são referentes à: formação no ensino médio em Magistério, ou graduado, ou estudante da 5ª fase em diante dos cursos de graduação em licenciaturas. Já os editais de 2014, 2016, 2021 e 2022, as exigências formativas são referentes: graduação no curso de Licenciatura em Pedagogia; Graduação em Licenciaturas; Formação no Ensino Médio em Magistério; Estudante da 5ª fase em diante no curso de Licenciatura em Pedagogia. Em 2019 as exigências formativas referem-se à Graduação no curso de Licenciatura em Pedagogia; Formação no Ensino Médio em Magistério; Estudante da 5ª fase em



diante no curso de Licenciatura em Pedagogia, eliminando a possibilidade do egresso de outras licenciaturas.

Em relação aos 11 editais dos processos seletivos observam-se algumas constâncias em relação às exigências formativas, tais como:

- Formação no ensino médio em Magistério, presente em nove editais;
- Graduação em Licenciaturas, presente em nove editais;
- Estudante da 5ª fase em diante dos cursos de graduação em licenciaturas, presente em seis editais;
- Estudante da 5ª fase em diante no curso de Licenciatura em Pedagogia, presente em quatro editais;
- Graduação no curso de Licenciatura em Pedagogia, presente quatro editais.
- Graduado, indicação que abertura para qualquer formação que não tenha relação com área da educação como bacharéis em qualquer área e tecnólogo.

Apenas um dos editais faz referência formativa no Curso de Pedagogia – Habilitação Educação Especial (edital 011/2016) e, este mesmo edital também indica formação em especialização em Atendimento Educacional Especializado. Nenhum deles refere-se à formação em Licenciatura em Educação Especial.

É possível notar que, nos anos de 2006, 2010, 2011, 2012, 2015 e 2018, os editais de seleção para o cargo de PAEE não fazem menção específica a formação no curso de Pedagogia como uma das exigências. Ou seja, evidencia a possibilidade de contratação de profissionais de diversas áreas, desde que possuam formação em nível médio em Magistério, ou graduado, ou estudante a partir da quinta fase dos cursos de graduação em licenciaturas, para atuarem como profissionais de apoio aos estudantes da educação especial.

Em relação aos concursos públicos para PAEE, para contratação como efetivo, que ocorreram em 2009, 2010 e 2019, pode observar no Quadro 4 que a exigência formativa se diferencia daquelas dos processos seletivos. O primeiro (2009 e 2010) indica a formação em Licenciatura Plena na área da Educação, o que possibilita a formação em qualquer das licenciaturas plenas; e o segundo com

Graduação em Licenciatura em Pedagogia. Este último também não contempla a formação em Educação Especial.

Quadro 4 - Editais dos concursos públicos da RMEF e as exigências formativas

Número do edital	Exigência formativa
001/2009	Diploma ou certificado de conclusão do curso de Licenciatura Plena na área da Educação.
008/2010	Diploma ou certificado de conclusão do curso de Licenciatura Plena na área da Educação.
003/2019	Graduação no curso de Licenciatura em Pedagogia.

Fonte: elaborado pela autora

A partir destas indicações sobre as exigências formativas de cada um dos editais, passamos a analisar os cursos que formam esses profissionais na cidade de Florianópolis. Salientando, mais uma vez, que os mesmos se referem exclusivamente às instituições públicas da cidade.

### 3.3 INSTITUIÇÕES FORMADORAS EM FLORIANÓPOLIS/SC E SEUS RESPECTIVOS CURSOS

Tento como objetivo dessa pesquisa analisar a relação entre as exigências formativas do PAEE, em Florianópolis, e as formações ofertadas neste município, buscou-se perceber como o Curso Normal de Nível Médio e Licenciatura, indicados como necessário para o processo seletivo e/ou concurso público trata os conhecimentos relacionados à educação especial em seu projeto formativo, passamos a analisar tais cursos ofertados.

#### 3.3.1 Curso Normal de Nível Médio

Com a análise dos editais observamos que os cursos de Magistério em nível médio, licenciaturas na área da educação, em particular o Curso de Pedagogia e Cursos de Especialização em Educação Especial, seriam aqueles que estão presentes em mais editais e que atenderiam às exigências formativas para o exercício do PAEE em Florianópolis.

Para fins deste estudo, concentramos nossas análises nos cursos de Magistério de nível médio e de licenciaturas em nível superior. Não será possível

analisar os cursos de especialização devido à dificuldade de encontrar os projetos de curso que nos permitiria analisar a questão apresentada aqui.

Em relação ao Curso Normal de Nível Médio, buscaram-se informações na Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina (SED/SC), responsável pelo ensino médio no Estado, via site da Secretaria<sup>6</sup>. Neste, o Curso do Magistério é apresentando, com o seguinte objetivo:

Habilita o professor para lecionar na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Dentre as disciplinas oferecidas aos estudantes está filosofia, sociologia, Fundamentos Teórico- Metodológicos do Ensino de Alfabetização, português, ciências, matemática, história, geografia, arte e Educação Física. (SANTA CATARINA, 2023).

Segundo esse documento, o Curso do Magistério possui uma história importante, constituinte da realidade educacional e único como qualificadora do profissional da educação durante muito tempo, oferecendo formação inicial, em nível médio. Durante o ano de 1999, foi regulamentado pela Resolução CEB nº 02, de 19 de abril de 1999, a qual institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em nível médio, na modalidade normal e em vigor até hoje. Em seu Art. 1º essa Diretriz aponta que o Curso Normal em nível Médio, previsto no Artigo 62, da Lei 9394/96, deve prover a formação de professores para atuar como docentes na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, acrescentando-se às especificidades de cada um desses grupos as exigências que são próprias das comunidades indígenas e do público da Educação Especial.

O curso configura-se na modalidade do Ensino Médio, mas sua essência curricular é a do Ensino Fundamental, e por ser Ensino Médio, precisa se adequar à sua configuração para atender a legislação em vigor, contudo, o foco pedagógico é o da Educação Infantil e dos Anos Iniciais, pois sua habilitação é para a docência nestas etapas de ensino. (SANTA CATARINA, 2018, p. 16).

Em Florianópolis o Curso de Magistério faz parte dos cursos ofertados pelo Instituto Estadual de Educação (IEE)<sup>7</sup>. Conforme consta no Projeto Político Pedagógico (PPP) do Curso de Magistério desse instituto, as modalidades regulares de cursos ofertados pela instituição são divididas em:

- Ensino Fundamental - Anos Iniciais

---

<sup>6</sup><https://www.sed.sc.gov.br/>. Acesso em: 09/09/2023

<sup>7</sup>Há indicação de que ocorre um outro Curso Normal de Nível Médio ocorre em outra unidade escolar desse município, porém, não temos maiores informações sobre ele.

- Esfera do Ensino Fundamental
- Esfera do Novo Ensino Médio;
- Esfera do Novo Ensino Médio Inovador;
- Esfera do Magistério: - habilitar profissionais em Educação Infantil e Ensino Fundamental – Anos Iniciais em Nível Médio.
- Esfera do Magistério - – Educação Especial – Habilitar em Educação Especial os egressos do curso de Magistério.
- Esfera do Ensino Médio Concomitante / Mediotec - Pós-médio. (SANTA CATARINA, 2018, p. 16)

Podemos observar que há uma habilitação em Educação Especial oferecida aos egressos do curso de Magistério, ou seja, o estudante pode optar por uma formação adicional, sendo habilitado em Educação Especial. Também se verifica no PPP da instituição que a área da educação especial está presente no atendimento aos estudantes do ensino fundamental e médio:

[...] promover a educação inclusiva em todas as modalidades de ensino ofertadas pelo IEE, como possibilidade de um novo olhar para as pessoas, uma nova maneira de aprender e conviver com as diferenças e com os especiais, naquilo que está além da imagem.

O AEE (Atendimento Educacional Especializado) do IEE possui um espaço próprio equipado adequadamente e tem um caráter pedagógico, prestado por um profissional da Educação Especial, voltado ao atendimento das especificidades dos alunos com deficiência, condutas típicas ou altas habilidades matriculados na Rede Regular de Ensino. Tem como objetivo qualificar as funções dos educandos para autorregulação cognitiva, mediante investigação das estratégias pedagógicas que possibilitem avanços no seu processo de aprendizagem. (SANTA CATARINA, 2018, p. 16).

No mesmo documento está indicado que o curso de Magistério, em nível médio, visa formar profissionais capacitados para atuar na educação básica, numa perspectiva de promover uma educação inclusiva (SANTA CATARINA, 2018, p. 16)

No primeiro ciclo, a formação docente será dividida em dois grandes blocos: o primeiro, composto pelas disciplinas do curso de cunho sócio-histórico-psico-filosófico, com o objetivo de fornecer a base necessária para as práticas e apropriação do conhecimento de forma específica. O segundo congrega os fundamentos teóricos e metodológicos das disciplinas específicas.

Porém, apesar de envidarmos todos os esforços para acessar a matriz curricular desse curso, entrando em contato com os profissionais da escola e indo até ela, não obtivemos tal documento para análise. Ao mesmo tempo, o documento que tivemos acesso nos possibilita levantar como hipótese que essa formação trata

da educação especial e adere à política de perspectiva inclusiva. Mas, não temos evidências de como os professores formados nesse curso tem essa temática abordada.

### 3.3.2 O curso licenciatura em Nível Superior

Em relação aos cursos superiores, as exigências formativas presentes nos editais indicam a Graduação em Licenciaturas, e a Pedagogia, especificamente, além de graduandos a partir do 5.º semestre. Dessa forma, as instituições que oferecem os cursos em questão em Florianópolis foram identificadas para, posteriormente, seguir a análise dos PPPs e/ou suas respectivas matrizes curriculares.

Como mencionado anteriormente, ao fazermos o mapeamento dos cursos ofertados neste município, 286 cursos de licenciaturas foram encontrados, com oferta em instituições públicas e privadas. Observa-se que entre estes somente 38 cursos de licenciatura são ofertados em instituições públicas (UFSC e UDESC) que serão analisados nos próximos itens.

#### 3.3.2.1 Os cursos de licenciatura da UFSC

Durante o mapeamento realizado na base de dados do cadastro nacional de cursos e instituições de educação superior e-Mec, foram identificados 28<sup>8</sup> cursos de licenciatura oferecidos pela Universidade Federal de Santa Catarina, sendo 21 cursos na modalidade presencial e 7 à distância, conforme apresentado no Quadro 5.

Quadro 5 - Cursos presenciais de Licenciatura da UFSC

<b>Curso presencial</b>	<b>Número de Curso</b>
Ciências Biológicas	2
Ciências Sociais	1
Educação do Campo	1

<sup>8</sup>A busca dos cursos de licenciatura foi realizada no banco de dados do “Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior”. Utilizamos a busca por município - Florianópolis, no entanto, existe a possibilidade da UFSC, ofertar mais cursos de licenciaturas em outros campos da UFSC, que foram desconsiderados na análise dessa investigação.

Educação Física	1
Filosofia	1
Física	1
Geografia	1
História	1
Letras Língua Estrangeira- Inglês	1
Letras LínguaEstrangeira- Francês	1
Letras LínguaEstrangeira- Espanhol	1
Letras LínguaEstrangeira- Alemão	1
Letras Língua Portuguesa	1
Letras LínguaEstrangeira- Italiano	1
Letras Libras	1
Licenciatura em Intercultural Indígena	1
Matemática	1
Pedagogia	1
Psicologia	1
Química	1

Fonte: elaborado pela autora, a partir do site dos cursos da UFSC

Observa-se que quatro cursos (ciências biológicas, ciências sociais, história e geografia) possuem duas versões de curso: um diurno e outro noturno. Essa mesma instituição oferta cursos de licenciatura à distância.

Ao analisar a matriz curricular dos 28 cursos de licenciatura da UFSC mapeados, notamos que apenas cinco apresentam disciplinas relacionadas à educação especial, deficiência/deficiência e inclusão em sua matriz curricular.

Observa-se que em todos os cursos de licenciatura da UFSC ofertam disciplina de LIBRAS nas primeiras, segundas, quartas, sétima, oitava ou nona fase. Destaca-se que a disciplina de Línguas Brasileira de Sinais (LIBRAS) é obrigatória em todos os cursos de formação de professores conforme o artigo terceiro do Decreto de 5.626/2005 (BRASIL, 2005). Esse decreto afirma, em seu Artigo 3º:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de

Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Porém, para efeitos desta investigação, não trataremos a disciplina de Libras como aquela que trata da educação especial nos cursos de licenciatura, uma vez que centra suas discussões na especificidade da Língua Brasileira de Sinais, não fazendo menção a outras questões da área da educação especial.

Conforme demonstrado no Quadro 6, essas disciplinas obrigatórias que tratam sobre Educação Especial estão presentes nos cursos de Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Química, Licenciatura em Línguas de Sinais Brasileiras e Licenciatura em Educação Física.

Quadro 6 - Cursos que tratam de conteúdos relacionados à educação Especial (EE) UFSC

<b>Cursos</b>	<b>Disciplinas Obrigatórias da educação especial</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Fase</b>	<b>Carga horária</b>
Letras – LIBRAS de língua de sinais brasileira	Fundamentos da educação de surdos	Presencial	1	4 Créd. 72H/A
Letras – LIBRAS de língua de sinais brasileira	Fundamentos da educação de surdos	À distância	1	4 créd. 72h/A
Licenciatura em Educação Física	Educação Física Adaptada;  Seminário Temático/Educação/Processos Ob 2 Inclusivos.	Presencial	4  7	4 Créd. 72H/A - 2 créd. 36 H/A
Licenciatura em Química	Estratégias para o Ensino de Química	Presencial	5	4 Créd. 72 H/A
Matemática - Licenciatura	Seminário II (PCC 18 h-a)	Presencial	7	4 Créd. 72 H/A

Pedagogia	Educação Especial I: Políticas e Práticas Pedagógicas;	Presencial	3	3 Créd. 54 H/A
	Educação Especial II: Conceitos, Concepções e Sujeitos		4	4 créd. 2 H/A

Fonte: elaborado pela autora, a partir dos currículos do curso publicados no site da UFSC

Buscando apreender como as disciplinas dos cursos, que tratam da educação das pessoas públicas da educação especial, tratam esse tema e passamos a apresentar as ementas das disciplinas e outros componentes dos Planos de Ensino que possam nos dar elementos para análise.

O curso de Letras-LIBRAS, é oferecido em duas modalidades, presencial e à distância e os dois cursos ofertam a disciplinas de "Fundamentos da Educação dos Surdos", com 4 créditos, na primeira fase do curso. Porém, foram apresentadas duas ementas diferentes da mesma disciplina.

No Curso de Letras Libras presencial, essa disciplina está tem como a seguinte ementa: "Os modelos educacionais para surdos: clínicos, mistos, antropológicos, e da diferença. Políticas, legislação e surdez. As políticas de inclusão e exclusão social e educacional" (UFSC, 2012, p. 36 e 37).

A disciplina trata de temas mais gerais da educação especial que dizem respeito ao ensino dos surdos e, apesar de tratar dos modelos educacionais e da legislação para surdos, também discute as políticas de inclusão e exclusão educacional. Contudo, ao buscar compreender os fundamentos filosóficos, históricos, sociológicos e econômicos da educação de surdos, a fim de identificar a língua de sinais, seus espaços, sua possibilidade de se tornar didática e sua visão como língua de um povo, essa disciplina não tem discussões mais gerais sobre a modalidade de ensino Educação Especial. Ou seja, mesmo que em sua ementa indique discussões sobre "As políticas de inclusão e exclusão social e educacional" essas estão restritas à discussão dos surdos.

Já no Curso de Letras-LIBRAS, na modalidade à distância, a oferta da disciplina de "Fundamentos da Educação dos Surdos", que também está organizada em 4 créditos e ocorre na 1ª fase do curso, tem a seguinte ementa:

História da educação de surdos. O impacto do Congresso de Milão (1880) na educação de surdos no Brasil. Legislação e surdez. As políticas de inclusão e exclusão social e educacional. Modelos educacionais na educação de surdos: modelos clínicos, antropológicos, da diferença e mistos. Identidades surdas: identificações e locais das identidades (família, escola, associação, etc.). O encontro surdo-surdo na determinação das



identidades surdas. As identidades surdas multifacetadas e multiculturais. (UFSC, 2012, p. 36 e 37).

A disciplina tem como finalidade buscar conhecimentos dos fundamentos filosóficos, históricos, sociológicos e econômicos da Educação de Surdos para ser possível identificar a língua de sinais, seus espaços, sua possibilidade da emergência de posições didáticas e sua percepção como língua de um povo. Tendo como foco principal o ensino e conhecimento para o ensino da educação de surdo, assim como na modalidade presencial, essa disciplina não trata sobre a educação das pessoas público da educação especial, mesmo quando se refere às políticas de inclusão e exclusão social e educacional, uma vez que apresenta somente essa discussão em relação às pessoas surdas.

No curso de Licenciatura em Educação Física, duas disciplinas tratam de temas referentes à Educação Especial: "Educação Física Adaptada", ofertada na quarta fase do curso, com 4 créditos, e a disciplina "Seminário temático relacionado aos processos inclusivos" oferecida na 7ª fase do curso, com 2 créditos. A primeira disciplina refere-se às metodologias das atividades motoras adaptadas às pessoas com deficiência física e contém a seguinte ementa:

Caracterização das pessoas com necessidades especiais. Atividades físicas e as deficiências: deficiências mentais, deficiências físicas, deficiências sensoriais. Processos inclusivos e metodologias da atividade motora adaptada. Prática pedagógica, sob orientação e supervisão docente, compreendendo atividades de observação dirigida ou experiências de ensino. (UFSC, 2023).

É possível notar que essa disciplina aborda grande parte dos grupos que compõem a educação especial, mas sob uma perspectiva da Educação Física. A disciplina de educação física adaptada tem como objetivo identificar os grupos com necessidades especiais e os grupos não especiais, indicando as atividades adequadas e promovendo ações educativas da área dos esportes que possam contribuir para a intervenção no mundo cotidiano do trabalho, lazer, educação, esportes e outras atividades. Ou seja, ela está mais ligada à interação e à adaptação das atividades esportivas dentro e fora do ambiente escolar.

Já o "Seminário temático relacionado aos processos inclusivos" oferecido na 7ª fase do curso de Educação Física, com 2 créditos, apresenta em sua descrição a seguinte ementa:

O processo de aprendizagem dos portadores de necessidades educacionais especiais. As diferentes linguagens possíveis/necessárias na educação

inclusiva. Organização didática - pedagógica dos sistemas de ensino para a educação inclusiva. (UFSC, 2023).

Seu objetivo principal é apresentar os conceitos básicos do campo da educação especial em sua relação com a educação básica. Para concluir este objetivo, a disciplina também se destina a compreensão da educação especial na história da educação e da educação especial, além do aprendizado das proposições políticas oficiais para a educação especial no contexto educacional. A disciplina aborda:

- Conceitos e terminologias da Educação Especial e suas terminologias;
- Aspectos históricos, políticos da Educação Especial;
- Proposições políticas para a educação Especial.

Observa-se então que esta segunda disciplina ofertada no Curso de Licenciatura em Educação Física trata da educação especial na educação básica, podendo oferecer elementos importantes para a escolarização dos sujeitos dessa modalidade, logo podendo ser importante para a formação do PAEE. Porém, observa-se que ela é ofertada com dois créditos, o que impossibilita aprofundamentos nessa questão. Ao mesmo tempo, essa disciplina é ofertada na 7ª fase do curso e, em alguns editais, os estudantes de licenciatura podem acessar essa função quando estiverem na 5ª fase do curso.

As disciplinas obrigatórias oferecidas no curso de Pedagogia estão presentes na terceira fase, intitulada "Educação Especial I: Políticas e Práticas Pedagógicas", e na quarta fase do curso, denominada "Educação Especial II: conceitos, concepções e sujeitos". A primeira disciplina do curso, ofertada na terceira fase, com 3 créditos, tem como centralidade as políticas e a organização do trabalho pedagógico e conta com a seguinte ementa:

Processos de inclusão e exclusão escolar. Políticas e práticas para o atendimento educacional dos estudantes da educação especial. Formas organizativas do trabalho pedagógico e sua relação com os processos de inclusão e exclusão escolar relacionados aos estudantes da educação especial. (UFSC, 2023).

Abordando os processos de inclusão e exclusão escolar, a partir de políticas e práticas para o atendimento educacional dos estudantes da educação especial, nesta disciplina desenvolve a reflexão sobre as formas organizativas do trabalho pedagógico e sua relação com os processos de inclusão e exclusão escolar relacionados aos estudantes da educação especial. Também busca compreender

quem são os estudantes, os professores e quais as práticas e os principais conceitos que perpassam a política educacional para este campo específico ao mesmo tempo, em que procura identificar, no cotidiano escolar, as formas organizativas do trabalho pedagógico e problematizar práticas escolares voltadas aos estudantes da educação especial no Brasil.

Já a segunda disciplina do curso de Licenciatura em Pedagogia, ofertada na 4ª fase, com 4 créditos, conta com a seguinte ementa:

Introdução à educação especial: conceitos e terminologias. A educação especial na educação básica. Contribuições teóricas ao debate sobre o fenômeno da deficiência a partir das seguintes áreas: história, filosofia, sociologia, psicologia e biologia. Processos de identificação dos estudantes da educação especial. (UFSC, 2023).

Esta também é uma disciplina obrigatória ofertada na quarta fase, com 4 créditos. E tem como objetivos apreender os conceitos básicos do campo da educação especial em sua relação com a educação básica; discutir as terminologias referentes à educação especial; conhecer os fundamentos que explicam a educação especial e o fenômeno social da deficiência, tomando como referência conhecimentos advindos da história, da biologia, da psicologia, da sociologia e da filosofia.

Podemos afirmar então que esta segunda disciplina ofertada no curso de Pedagogia da UFSC trata de conhecer os fundamentos da educação e da educação especial, tendo a educação básica como foco, além de analisar o processo de identificação dos sujeitos dessa modalidade, ou seja, seu processo de avaliação e diagnóstico.

Considero que essas duas disciplinas atendem possibilitam maior compreensão sobre a escolarização dos sujeitos públicos da educação especial, o que seria importante para o PAEE.

Porém, vale lembrar, que estas disciplinas estavam, até 2019, na matriz curricular do curso de Pedagogia nas 6ª e 7ª fase, respectivamente. Logo, se um estudante de Pedagogia da UFSC ingressasse como PAEE quando estiver na 5ª fase (atendendo ao critério de alguns editais) não teria cursado as disciplinas.

No curso de licenciatura em química, a disciplina “Estratégias para o ensino de química”, ofertada na quinta fase, com 4 créditos, apresenta como proposta o desenvolvimento de trabalhos práticos e atividades experimentais, bem como a

elaboração de materiais didáticos para o ensino de química no âmbito da educação especial. Sua ementa está assim constituída:

Estratégias de trabalhos práticos e atividades experimentais, de trabalhos em grupos, de aprendizagem colaborativo-cooperativa, de leitura e de escrita e de avaliação no ensino de química. Elaboração de materiais didáticos para o ensino de química no âmbito da educação especial. (UFSC, 2021, p.80).

A disciplina tem como função, organização dos grupos e a dinâmica de trabalho, tipologias de métodos de aprendizagem colaborativa/cooperativa no Ensino de Química por meio de materiais acessíveis para o público da Educação Especial, realizam também atividades experimentais acessíveis para o público da Educação Especial. Tendo como proposta a elaboração de atividades voltadas para a explicação do conteúdo de química, numa perspectiva mais prática.

Mesmo tratando de recursos ou metodologias para o ensino de química para os estudantes da educação especial, não observamos, nesse caso, uma discussão sobre a educação especial de maneira geral. Mesmo que consideremos importante a apreensão de métodos e recursos para o ensino em uma determinada área, consideramos que essa não pode ser pensada de maneira isolada, sem uma discussão mais alargada sobre a própria área de educação especial e principalmente em relação ao ensino.

Já no curso de matemática é ofertado o “Seminário II”, com 18h/a de Prática como Componente Curricular, na sétima fase, com 4 créditos, onde o tema da diversidade é abordado. Nesse, em um dos seus tópicos se refere a educação especial, conforme conta em sua ementa:

Palestras e/ou minicursos sobre os seguintes temas: políticas públicas e gestão da educação; diversidade de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional; educação especial; direitos educacionais de adolescentes e jovens; questões de ensino e didática da Matemática” (UFSC, 2023).

Este seminário tem como finalidade propiciar ao aluno a oportunidade de discutir diferentes temas relacionados à matemática e à profissão de educador, por meio de minicursos, palestras e oficinas, ministrados por professores, da UFSC e/ou de outras instituições, bem como por alunos egressos do curso de matemática ou também por outros membros da comunidade.

A disciplina Seminários II é vista como uma disciplina integradora, pois foi idealizada para contemplar a integração teoria/prática e abrir espaço para discussão

de teorias e métodos inovadores, bem como temas atuais relacionados com a Matemática, como a Educação Matemática, políticas públicas e gestão da educação, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, educação especial e direito educacional de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas sócio-educativas. (UFSC, 2023)

Compreende-se que essa disciplina, apesar de apresentar como um dos tópicos a serem tratados a Educação Especial, não há garantias de que esse tema vai ser tratado, uma vez que se elege, a cada semestre, os temas que serão abordados. Ao mesmo tempo, tendo sua oferta na 7ª fase, não possibilita que seus estudantes de 5ª fase tenham cursado esse seminário.

### 3.3.2.2 Os cursos de licenciatura da UDESC

Ao mapear os cursos de licenciatura ofertados pela UDESC, foram identificados nove cursos de licenciatura, sendo sete presenciais e dois à distância, como apresentado no Quadro 7.

Quadro 7 - Cursos de Licenciatura ofertados pela UDESC

<b>Cursos</b>	<b>Modalidade</b>
Artes Visuais	Presencial
Educação Física	Presencial
Geografia	Presencial
História	Presencial
Música	Presencial
Teatro	Presencial
Pedagogia	Presencial
Pedagogia	À Distância
Ciências Biológicas	À Distância

Fonte: elaborado pela autora, a partir dos PPCs dos cursos de licenciatura da UDESC

Dos nove cursos ofertados, cinco apresentam em sua matriz curricular disciplinas obrigatórias relacionadas à Educação Especial, e são apresentadas no Quadro 8:

Quadro 8 - Cursos de licenciaturas UDESC com disciplinas relacionadas à EE e suas ementas

<b>Cursos</b>	<b>Disciplinas da educação especial obrigatórias</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Fase</b>	<b>Carga horária</b>
Educação física	Educação física adaptada I;	Presencial	7	3 créd. 54h/a
	Estágio Curricular Supervisionado V: Educação Especial	Presencial	8	4 créd. 72h/a
Geografia	Educação Inclusiva	Presencial	1	4 créd. 72h/a
Música	Introdução à Educação Musical Especial	Presencial	3	2 Créd 36 h/a
Pedagogia	Educação Especial e Educação Inclusiva	Presencial	4	4 créd 72h/a
Pedagogia	Educação especial na Perspectiva Inclusiva.	À Distância	2	Créd 72 h/a

Fonte: elaborado pela autora, dos dados dos currículos dos cursos da UDESC (2023)

Assim como os cursos ofertados pela UFSC, todos os cursos de licenciatura ofertados pela UDESC contam com a disciplina obrigatória de LIBRAS. Mas, conforme já destacamos, essa não é analisada neste TCC por entendermos que não se trata de uma disciplina de educação especial, mas de LIBRAS.

Ao analisar os dois cursos de Pedagogia, presenciais e à distância, oferecidos pela UDESC, percebeu-se que ambos oferecem disciplina sobre "Educação Especial". No curso presencial a disciplina relativa à área tem o seguinte título: "Educação especial e educação inclusiva", ofertada na fase 4, com 4 créditos e sua ementa está assim organizada:

Conceitos e paradigmas históricos da Educação Especial e das propostas de Educação Inclusiva: Políticas Públicas de Educação no cenário internacional e nacional. A educação especial, o ensino regular e o atendimento educacional especializado a partir da política nacional de educação inclusiva e os projetos políticos pedagógicos. Sujeitos com história de deficiência na educação básica: questões de currículo e gestão escolar. Processos educativos na escola de educação inclusiva: experiências em âmbito escolar e não-escolar. Fundamentos e recursos pedagógicos para inclusão: acessibilidade, tecnologia assistiva, desenho universal. (UDESC, 2010, p. 44).

Essa disciplina pretende compreender o campo científico e de pesquisa da Educação Especial e sua articulação com as propostas de Educação Inclusiva, de modo a apropriar-se de referenciais metodológicos e teóricos que permitam

entender o papel do Pedagogo na Educação Básica, com princípio educativo da diversidade. Para que este seja atendido, a disciplina ainda busca o estudo das políticas de educação inclusiva e suas relações com políticas de educação especial, análise de diversas formas, sejam elas na perspectiva sociológica, antropológica, psicológica e educacional, da deficiência como uma construção social e suas implicações para as propostas de Educação Inclusiva, conhecimento do público-alvo da Educação Especial, os tipos de atendimento e as práticas escolares entendidas como inclusivas. (UDESC, 2010)

Compreende-se que essa disciplina contribui na formação do PAEE, pois trata da educação dos sujeitos da educação especial e é ofertado na 4ª fase do curso, o que possibilitaria ao estudante da 5ª fase já ter cursado essa disciplina.

Já no Curso de Pedagogia, na modalidade à distância, a disciplina que trata da educação especial está intitulada como “Educação Especial na perspectiva inclusiva”, ofertada na 2.ª fase, com 4 créditos. Sua ementa contém os aspectos históricos e políticos, bem como a política de perspectiva inclusiva, acessibilidade e à docência na educação básica, com a seguinte ementa:

Aspectos históricos, políticos, funcionais e científicos da educação especial. A inclusão das pessoas com deficiência. Terminologia e conceituação da deficiência. A educação em uma perspectiva sócio-histórica e a escola inclusiva. Desenho Universal e Acessibilidade. Exercício da docência no cotidiano da Educação Básica. (UDESC, 2023).

O principal objetivo da disciplina é levar aos estudantes a compreensão sobre a deficiência do indivíduo como parte do ciclo da vida humana. Para seu desenvolvimento são abordados os aspectos históricos, políticos e sociais envolvidos em todo o processo. Também busca discutir os aspectos legais e pedagógicos da educação especial de modo em que compreenda toda a perspectiva da educação inclusiva. Devem ser abordadas em sala de aula as diferentes concepções de deficiências, de forma em que seja possível identificar ações capacitistas que ocorrem no cotidiano das pessoas com deficiências. O tema da inclusão das pessoas com deficiência na BNCC abordado relacionados à docência e à formação docente para que a prática inclusiva seja compreendida e transmitida à sociedade de forma clara e objetiva. (UDESC, 2017)

Desta maneira, compreendemos a importância dessa disciplina para os possíveis PAEEs, pois nela se desenvolvem discussões sobre a Educação Especial na Educação Básica, além de ser ofertada no 2º semestre do curso.

Ao analisar o curso de licenciatura em música, nota-se que a disciplina "Introdução à educação musical especial", com dois créditos, ofertada na primeira fase, aborda as políticas de inclusão, conforme a seguinte ementa:

Políticas de inclusão – repercussões na escola contemporânea. Tendências metodológicas do trabalho com educação inclusiva no contexto brasileiro. Análise de processos de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. Conexões entre educação especial e educação musical preparando para a prática pedagógica inclusiva. (UDESC, 2011, p.30).

Não foi possível analisar o plano de ensino da disciplina “Introdução à educação musical especial”, pois não tivemos acesso, mesmo com várias tentativas. Desta forma, apenas a ementa dessa disciplina, presente no PPC do curso, será apresentada neste trabalho.

Na primeira fase do curso de geografia, é ofertada a disciplina “Educação Inclusiva”, com 4 créditos, na qual são abordadas as práticas pedagógicas e os aspectos éticos e políticos de alguns grupos pertencentes às políticas de inclusão, como o demonstrado em sua ementa:

Práticas pedagógicas de políticas de inclusão. Aspectos éticos, políticos e educacionais na integração de pessoas marcadas por atributos identitários como: gênero, orientação sexual, raça e etnia, necessidades especiais. Uma escola voltada ao respeito às diferenças. (UDESC, 2013, p. 36).

Esta disciplina pretende compreender e avaliar políticas públicas relacionadas à educação inclusiva, a fim de que seja possível refletir sobre as pessoas em sua diversidade e a relevância de criar estratégias para fomentar o aprendizado para todos, propondo o reconhecimento da importância do respeito às diferenças e valorização da diversidade e a problematização do conceito de inclusão e exclusão. Além disso, apresenta como objetivo analisar as concepções e os objetivos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, refletindo sobre a formação docente na perspectiva da Educação Inclusiva para a construção de práticas pedagógicas pautadas no entendimento da diversidade, reconhecendo a escola e suas práticas como construção histórica e a identificação de análises e representações de discursos em torno da educação



especial e da educação inclusiva a partir de políticas públicas para educação inclusiva. (UDESC, 2013)

Com essa indicação apresentada no plano da referida disciplina, compreendemos que esta possibilita uma formação que dialoga com a educação escolar dos sujeitos públicos da educação especial, tão necessária para a formação do PAEE.

No curso de Licenciatura em Educação Física a disciplina "Educação Física Adaptada" ofertada na 4.<sup>a</sup> fase, com 4 créditos, trata das metodologias das atividades motoras adaptadas às pessoas com deficiência, com a seguinte ementa:

Educação comum e educação especial. Características da clientela. Recursos materiais e humanos. Causas da deficiência. Caracterização. Glossário. Recursos educacionais. Legislação, estrutura e funcionamento da Educação Física Adaptada na Sociedade. Implementação de equipamentos e espaço físico. (UDESC, 2023).

Objetivando oportunizar conhecimentos na área de Educação Física Adaptada, que subsidiem as atividades físicas, esportivas e de lazer, essa disciplina busca capacitar o professor para atuação clínico-pedagógica com populações especiais no âmbito do ensino especial e do ensino inclusivo. Ao mesmo tempo, essa disciplina procura reconhecer os recursos pedagógicos, materiais e humanos existentes no contexto da Educação Física, os equipamentos e os espaços físicos implementados, os conceitos básicos, os objetivos e os contextos da Educação Física Adaptada.

Observa-se que esta disciplina está atrelada ao desenvolvimento de atividades dos professores de educação física, não tendo como finalidade a compreensão sobre a educação dos estudantes da educação especial em outras áreas escolares, o que daria ao PAEE possibilidades de compreensão da realidade escolar.

Na 8.<sup>a</sup> fase, desse mesmo curso, encontra-se a disciplina de "Estágio Curricular Supervisionado V: Educação Especial", com 4 créditos que, em sua ementa, não há especificidade em relação à área, como podemos observar: "Levantamento e análise das características da Entidade-Campo. Plano de trabalho: planejamento, organização e execução. Intervenção Supervisionada e/ou Orientada" (UDESC,2023)

Como parte do estágio obrigatório do curso, objetiva-se com essa disciplina a aplicação dos conhecimentos adquiridos no decorrer do curso relativos às áreas da atividade física, desportiva, recreativa e expressiva para populações especiais, neste caso, pessoas com deficiência ou patologias especiais, no contexto educacional, a fim de vivenciar na prática os conteúdos teóricos abordados. Ou seja, esse estágio ocorre na especificidade da educação física e não com as outras vivências na escola e, ao mesmo tempo, é oferecida na 8ª fase do curso, o que significa que se estes estudantes estivessem como PAEE a partir da 5ª fase, não teriam cursado ainda essa disciplina.

### **3.3.2.3 Considerações sobre os cursos ofertados pela UFSC e pela UDESC**

Esta primeira aproximação com os cursos de licenciatura ofertados pela UFSC e UDESC nos faz afirmar que dos 38 cursos de licenciatura oferecidos pelas instituições, 11 têm disciplinas que discutem temas voltados à educação especial, porém, algumas das disciplinas como, por exemplo: educação física adaptada, estratégias para o ensino de química, seminário de matemática, são voltadas mais para uma apresentação da perspectiva inclusiva, ou para recursos de acessibilidade.

Ao mesmo tempo, podemos observar que a disciplina de Educação física adaptada I, ofertada na 7ª fase e o Estágio Curricular Supervisionado V: Educação Especial do Curso de Educação Física, presente na 8ª fase, tem suas discussões voltadas a educação dos sujeitos da educação especial, porém, como são ofertadas somente depois da 5ª fase, não preparariam o profissional que atende somente a exigência formativa de estar na 5ª fase desses cursos.

Cabe destacar que os cursos de pedagogia, geografia e o curso de educação física, com a disciplina de educação física adaptada ofertada pela UFSC, atendem as exigências formativas quando tratam dessa discussão em seus cursos.

## CAPÍTULO 4: CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse inicial sobre o tema “Professor auxiliar de educação especial” teve caráter pessoal, pois atuo nessa função em turmas com crianças com transtornos do espectro do autismo-TEA, na rede de ensino da cidade de Florianópolis. Pessoalmente falando, no primeiro ano de experiência, me deparei com desafios profissionais e levantei alguns questionamentos sobre a formação, minha formação e a formação dos profissionais de apoio que atuam na educação básica. Questionei minha formação e, mesmo tendo cursado disciplinas relacionadas à educação especial, me faltavam conhecimentos específicos na área para atuar nesse cargo de PAEE. Comecei a pesquisar e me aprofundar sobre temas referentes à minha prática pedagógica, o que me impulsionou a pesquisar a formação do professor auxiliar de educação especial.

Buscando compreender a relação entre as exigências formativas, presentes nos editais de contratação do Professor Auxiliar de Educação Especial - PAEE, na Rede Municipal de Ensino do município de Florianópolis/SC, e as formações ofertadas neste município, primeiramente, foram analisados os requisitos de formação constantes nos editais de contratação do PAEE e, na sequência, as formações ofertadas.

Quando da análise dos editais, constatei que os requisitos mínimos para ocupar o cargo de profissional de apoio estavam direcionados para cursos de nível médio (magistério), estudantes a partir da quinta fase dos cursos de licenciatura e curso de pedagogia e graduação em licenciaturas.

Para compreender se essas exigências formativas correspondiam à formação ofertada, em um segundo momento, foram analisados os Programas Curriculares Programáticos (PPCs) dos cursos de Magistério (ensino médio) do estado de Santa Catarina, mais especificamente do Instituto Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina (IEE), e as matrizes curriculares dos Cursos de Graduação em Licenciaturas das instituições da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Essas foram as instituições selecionadas, pois, além de ocorrerem na cidade de Florianópolis, eram instituições públicas de ensino.

Foram analisadas as produções acadêmicas que tratam do profissional de apoio, sua formação e práticas pedagógicas em três bancos de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Biblioteca Digital Brasileira De Teses e Dissertações (BDTD). Optamos por fazer o recorte temporal a partir da publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Para a busca, foram utilizados diferentes verbetes relacionados às nomenclaturas utilizadas para esse profissional, tais como: profissional de apoio, auxiliar em ensino de educação especial, cuidador, professor auxiliar de educação especial e segundo professor de turma. Foram analisadas 15 produções acadêmicas que nos permite afirmar que os professores e profissionais de apoio buscam por formação continuada, com o objetivo de suprir as lacunas da formação inicial, para aprimorar, complementar ou aprofundar conteúdos que enriqueçam o trabalho docente. Essas mesmas produções indicam a fragilidade da própria contratação desses profissionais nas redes de ensino e que as suas atribuições não estão claras em muitas das redes que atuam.

Observa-se que, ao analisar as matrizes curriculares, as ementas e planos de ensino das disciplinas oferecidas pelas instituições, 11 delas abordam temas relacionados à educação especial. No entanto, algumas das disciplinas, como: educação física adaptada, estratégias para o ensino de química e seminário de matemática, são mais voltadas para uma apresentação da perspectiva inclusiva ou recursos de acessibilidade. Dos 11 cursos, apenas seis têm disciplinas que dizem respeito à educação especial, o que torna possível uma formação que dialogue com a educação escolar dos alunos da educação especial. Apesar do PAEE não ter competências curriculares e didáticas, compreendo que este professor é de extrema importância para a escolarização dos estudantes da educação especial, visto que este profissional está com os estudantes em seu cotidiano escolar.

A inclusão de disciplina relacionada à educação especial, mesmo sendo disciplinas obrigatória em alguns cursos, não é suficiente para formar esse PAEE para atuar nas turmas da classe comum, do ensino regular, pois alguns conteúdos lidam mais com a política de educação especial do que com a prática pedagógica relacionada com a formação. Quando observamos a legislação da educação

especial no Brasil, percebemos sua precária discussão sobre a formação dos profissionais de apoio/auxiliares.

Porém, precisamos reconhecer que já temos cursos de licenciatura com disciplinas obrigatórias que tratem da educação especial na educação básica. Esse fato possibilita mudanças sobre a maneira que entendemos a educação especial, seus conceitos, práticas, compreensão sobre a escolarização dos sujeitos públicos da educação especial.

Resumidamente, é possível afirmar que a exigência de formação requerida nos editais para a contratação de professores auxiliares de educação especial na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis não se alinha com a formação oferecida. Assim, é possível supor que não há uma intenção clara nas descrições das exigências de formação do professor, uma vez que elas não se adequam à realidade apresentada pelas formações.

## REFERÊNCIAS

- AGUILLAR, Luciane Clementino Pereira. **Formação do profissional de apoio educacional para o atendimento de crianças com autismo no ensino regular.** Dissertação. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.
- ARAÚJO, Bárbara Karolina. **A formação do segundo professor de turma do Estado de Santa Catarina.** Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.
- BEZERRA, Giovani Ferreira. **A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva:** a problemática do profissional de apoio à inclusão escolar como um de seus efeitos. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 26, p. 673-688, 2020.
- BRASIL. **Lei Nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. [1996]. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm#:~:text=L9394&text=Estabelece%20as%20diretrizes%20e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacioal.&text=Art.%201%C2%BA%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o%20abrange,civil%20e%20nas%20manifesta%C3%A7%C3%B5es%20culturais](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm#:~:text=L9394&text=Estabelece%20as%20diretrizes%20e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacioal.&text=Art.%201%C2%BA%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o%20abrange,civil%20e%20nas%20manifesta%C3%A7%C3%B5es%20culturais). Acesso em: 10 de outubro de 2023.
- BRASIL. **Portaria nº 555/2007.** Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. [2008]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2023.
- BRASIL. **Resolução nº 2/2001.** Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. [2001]. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/publicacoes/secretarias/semesp/diretrizes-nacionais-para-a-educacao-especial-na-educacao-basica#:~:text=A%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%B0%202,download%20em%20formato%20e%20PDF>. Acesso em: 10 de outubro de 2023.
- BUENO, José Geraldo Silveira. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? **Revista Brasileira de Educação Especial**. Piracicaba, Editora UNIMEP, v. 3, n. 5, p. 7-26, set. 1999.
- BURCHERT, Amanda. **O profissional de apoio no processo de inclusão de alunos público-alvo da Educação Especial no ensino público fundamental.** Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Canoas: Universidade La Salle, 2018.
- CHACON, Miguel Cláudio Moriel. Formação de recursos humanos em educação especial: resposta das universidades à recomendação da Portaria Ministerial nº 1.793. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 10, n. 03, p. 321-336, 2004.
- COSTA, Juliane Dayrle Vasconcelos da. **Papéis dos profissionais da rede de apoio à inclusão escolar na educação infantil.** Dissertação Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos 2021.
- COSTA, Ana Carolina. **Processo de trabalho de professores de educação especial no Brasil: uma análise a partir das políticas educacionais (2010-2020).** Programa institucional de bolsas de iniciação científica PIBIC/CNPQ – BIP/UFSC, 2021/2022.

FLORIANÓPOLIS. Processo Seletivo – **Edital Nº 002/2006**. Disponível em: [https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/27\\_11\\_2009\\_17.21.27.54f50f2c0d6770d9621b23bc598c437f.pdf](https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/27_11_2009_17.21.27.54f50f2c0d6770d9621b23bc598c437f.pdf) acesso em: 10 de outubro de 2023.

FLORIANÓPOLIS. Concurso Público do Magistério - **Edital Nº 001/2009**. Disponível em: [https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/08\\_12\\_2009\\_11.44.17.007322580b4ddc8d668399172fdcbbc2.pdf](https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/08_12_2009_11.44.17.007322580b4ddc8d668399172fdcbbc2.pdf) Acesso em: 10 de outubro de 2023

FLORIANÓPOLIS. Concurso Público-**Edital nº 008/2010**. Disponível em: [https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/editais/pdf/16\\_07\\_2010\\_13.27.52.9a854646b5ecb6bc6f51ce3806019b22.pdf](https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/editais/pdf/16_07_2010_13.27.52.9a854646b5ecb6bc6f51ce3806019b22.pdf)

FLORIANÓPOLIS. Processo Seletivo de Substitutos **Edital nº 011/2011**. Disponível em: [https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/editais/pdf/17\\_09\\_2010\\_14.01.35.d82a03cbfc62d3f18e233baeb3777a09.pdf](https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/editais/pdf/17_09_2010_14.01.35.d82a03cbfc62d3f18e233baeb3777a09.pdf) Acesso em: 10 de outubro de 2023.

FLORIANÓPOLIS. Processo Seletivo de Substitutos - **Edital Nº 004/2012**. Disponível em: [https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/editais/pdf/31\\_07\\_2012\\_11.49.51.546d312a773a74bb95b9f980bdd8c11f.pdf](https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/editais/pdf/31_07_2012_11.49.51.546d312a773a74bb95b9f980bdd8c11f.pdf) Acesso em: 10 de outubro de 2023

FLORIANÓPOLIS. **Portaria Nº 007/2014a**. Estabelece Diretrizes para a Contratação de Professor Auxiliar de Educação Especial na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis. Disponível em: [https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/07\\_04\\_2015\\_16.00.19.ec439496185cde8cd33275052c9d51d9.pdf](https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/07_04_2015_16.00.19.ec439496185cde8cd33275052c9d51d9.pdf). Acesso em: 10 de outubro de 2023.

FLORIANÓPOLIS. Processo Seletivo de Substitutos **Edital nº 011/2014b** Disponível em: [https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/18\\_08\\_2014\\_10.06.15.eb59cde0383db8f33e9976293fda6928.pdf](https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/18_08_2014_10.06.15.eb59cde0383db8f33e9976293fda6928.pdf) Acesso em: 10 de outubro de 2023.

FLORIANÓPOLIS. Processo Seletivo de Substitutos **Edital nº 014/2015**. Disponível em: [https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/05\\_08\\_2015\\_16.20.30.5236f26c3f5f303a71e62f171ba7388e.pdf](https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/05_08_2015_16.20.30.5236f26c3f5f303a71e62f171ba7388e.pdf) Acesso em: 10 de outubro de 2023.

FLORIANÓPOLIS. **Portaria nº122/2016a**. Estabelece as diretrizes da Política de Educação Especial na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis. Disponível em: [http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/13\\_08\\_2019\\_15.52.25.f4a4e89982416dd0e7bf5d839e408eaf.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/13_08_2019_15.52.25.f4a4e89982416dd0e7bf5d839e408eaf.pdf) Acesso em: 10 de outubro de 2023.

FLORIANÓPOLIS. **Plano Municipal de Educação (Período: 2015-2025)**. 1ª ed. Florianópolis: 2016b.

FLORIANÓPOLIS. Processo Seletivo de Substitutos **Edital nº 011/2016c**. Disponível em: [https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/03\\_08\\_2016\\_14.34.37.eafcde2f094c024ffddf7df211cb4ae0.pdf](https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/03_08_2016_14.34.37.eafcde2f094c024ffddf7df211cb4ae0.pdf) Acesso em: 10 de outubro de 2023.

FLORIANÓPOLIS. Processo Seletivo de Substituto – **Edital n 004/2018**. Disponível em: [https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/15\\_08\\_2018\\_7.42.00.83af7657d16242bc94c97bb8286da7e3.pdf](https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/15_08_2018_7.42.00.83af7657d16242bc94c97bb8286da7e3.pdf) Acesso em: 10 de outubro de 2023.

FLORIANÓPOLIS. Concurso Público - **Edital nº 003/2019a**. Disponível em: [http://florianopolis.fepese.org.br/?go=download&arquivo=CONCURSO\\_PUBLICO\\_EDITAL\\_003\\_2019\\_MAGISTERIO.pdf&inline=1](http://florianopolis.fepese.org.br/?go=download&arquivo=CONCURSO_PUBLICO_EDITAL_003_2019_MAGISTERIO.pdf&inline=1) Acesso em: 01 de junho de 2023.

FLORIANÓPOLIS. Processo Seletivo de Substitutos **Edital nº 010/2019b**. Disponível em: [http://substituto2020.fepese.org.br/?go=download&arquivo=Edital\\_010\\_2019\\_Pr](http://substituto2020.fepese.org.br/?go=download&arquivo=Edital_010_2019_Pr)

oces so\_Seletivo\_2020\_Versao\_Final.pdf&inline=1 Acesso em: 01 de junho de 2023.

FLORIANÓPOLIS. Processo Seletivo de Substitutos **Edital nº 010/2021**. Disponível em:[https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/30\\_08\\_2021\\_11.43.59.6ed2c16a2449f7971c3f1260a52f00d2.pdf](https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/30_08_2021_11.43.59.6ed2c16a2449f7971c3f1260a52f00d2.pdf) Acesso em: 10 de outubro de 2023

FLORIANÓPOLIS. Processo Seletivo de Substitutos **Edital nº 023/2022**. Disponível em:[https://substitutos2023.fepese.org.br/?go=download&arquivo=2022\\_023\\_PS\\_PM\\_F\\_Educacao.pdf&inline=1](https://substitutos2023.fepese.org.br/?go=download&arquivo=2022_023_PS_PM_F_Educacao.pdf&inline=1). Acesso em: 10 de outubro de 2023.

FONSECA, Manoela. **Das políticas públicas de inclusão escolar à atuação do profissional de apoio/monitor**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2016.

FREITAS, Adriana de Oliveira. **Atuação do professor de apoio à inclusão e os indicadores de ensino colaborativo em Goiás**. Dissertação. Programa de Pós Graduação em Educação. Catalão: Universidade Federal de Goiás, 2013.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, p. 101-119, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

IEE, Instituto Estadual de Educação. **Curso normal de Magistério: Planejamento anual: Didática dos anos iniciais - 2019**. Florianópolis: IEE, 2019.

IEE, Instituto Estadual de Educação. **Curso normal de Magistério: Projeto político pedagógico**. Florianópolis: IEE, 2023.

LIMA, Leidy Jane Claudino de. **Cuidadores escolares e inclusão educacional: uma análise das políticas públicas que regulam o trabalho do cuidador na escola**. Dissertação. Programa de Graduação em Educação. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2018.

LOPES, Mariana Moraes. **Perfil e atuação dos profissionais de apoio à inclusão escolar**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2011.

MARTINS, Silvia Maria. **O profissional de apoio na rede regular de ensino: a precarização do trabalho com alunos da educação especial**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina 2018.

MICHELS, Maria Helena. Formação do professor de educação especial no Brasil. **40ª Reunião Nacional da ANPEd**, 2021.

MICHELS, M. H. **A Formação de professores de educação especial no Brasil: propostas em questão**. 11. ed. Florianópolis: NUP, 2017. v. 1. 274p .

PICOLINI, Beatriz Ribeiro Aleluial. **Trajetória formativa/profissional de professores de apoio e professores regentes em condição de bidocência**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Catalão: Universidade Federal de Goiás, 2019.



PIOVEZAN, Camila Carlini Bonilha. **Requisitos para contratação de profissionais de apoio escolar nos sistemas estaduais de educação**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2022.

PORTALETTE, Vania Fernanda Gulart. **Profissional de apoio: práticas colaborativas com ênfase inclusiva no espaço escolar**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2017.

SILVA, Sayonara Meireles da. **Educação inclusiva: a importância do cuidador escolar no acompanhamento do educando com deficiência**. Trabalho de Conclusão de Curso. Programa de Graduação em Pedagogia. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2018a.

SILVA, Flávia Junqueira. **As políticas públicas de inclusão e o professor de apoio: desafios na/para a escola contemporânea**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2018b.

SOUZA, Bruna Vitoria. **Processo de trabalho de professores de educação especial no Brasil: uma análise a partir das políticas educacionais (2010-2020)**. Programa institucional de bolsas de iniciação científica PIBIC/CNPQ – BIP/UFSC, 2021/2022.

TENÓRIO, Luma Loreta Alves; SANTOS, Edivânia Ferreira dos; BRITO, Ada Mônica Santos; SOUZA, José Clécio Silva de. O papel do profissional de apoio no processo de inclusão escolar de alunos com deficiência física. **Revista Educação Pública**, v. 19, nº 20, 10 de setembro de 2019.

UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. **Curso Letras Libras EAD: Plano de ensino fundamentos da educação de surdos - Semestre: 2023.2**. Florianópolis: UFSC, 2023.

UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. **Curso de Letras Libras: Plano de ensino fundamentos da educação de surdos- Semestre: 2023.2**. Florianópolis: UFSC, 2023.

UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. **Curso de Licenciatura em pedagogia: Plano de ensino educação especial I: políticas e práticas pedagógicas - Semestre: 2023.2**. Florianópolis: UFSC, 2023.

UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. **Curso de Licenciatura em pedagogia: Plano de ensino: educação especial II: conceitos, concepções e sujeitos - Semestre: 2023.2**. Florianópolis: UFSC, 2023.

UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. **Curso de Licenciatura em Educação Física: Plano de Ensino: Educação física adaptada - Semestre: 2023.2**. Florianópolis: UFSC, 2023.

UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. **Curso de Licenciatura em Química: Plano de Ensino: Estratégia para o ensino de química- Semestre: 2023.2**. Florianópolis: UFSC, 2023.

UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. **Curso de Licenciatura em Matemática: Plano de Ensino: Seminário II (PCC 18 h-a) - Semestre: 2023.2**. Florianópolis: UFSC, 2023.

UDESC. Universidade do Estado de Santa Catarina. **Curso de Licenciatura em Geografia: Plano de Ensino:** Educação Inclusiva- Semestre: 2023.2. Florianópolis: UDESC, 2023.

UDESC. Universidade do Estado de Santa Catarina. **Licenciatura em Pedagogia: Plano de Ensino Educação:** Especial e Educação Inclusiva - Semestre: 2023.2. Florianópolis: UDESC, 2023.

UDESC. Universidade do Estado de Santa Catarina. **Licenciatura em Pedagogia EAD: Plano de Ensino:** Perspectiva Inclusiva. - Semestre: 2023.2. Florianópolis: UDESC, 2023.

UDESC. Universidade do Estado de Santa Catarina. **Curso de Licenciatura em Música: Plano de Ensino:** Introdução à Educação Musical Especial- Semestre: 2023.2. Florianópolis: UDESC, 2023.

UDESC. Universidade do Estado de Santa Catarina. **Curso de Licenciatura em Educação Física:** Plano de Ensino: Educação física adaptada I - Semestre: 2023.2. Florianópolis: UDESC, 2023.

UDESC. Universidade do Estado de Santa Catarina. **Curso de Licenciatura em Educação Física:** Plano de Ensino: Estágio Curricular Supervisionado V: Educação Especial- Semestre: 2023.2. Florianópolis: UDESC, 2023.

XAVIER, Sheyla Alves. **Um olhar sobre a prática de profissionais de apoio a alunos com deficiência da rede municipal de ensino do Recife.** Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Pernambuco: Universidade Federal de Pernambuco, 2019.

## APÊNDICE A – CURSOS DE LICENCIATURA OFERTADOS NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS.

As informações dos cursos de licenciatura na cidade de Florianópolis foram obtidas no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior, disponível no site do e-MEC, utilizando as seguintes informações: link de busca avançada; curso de graduação. Já o curso de nível médio em magistério, foi encontrado no próprio site do IEE.

Devido ao grande número de cursos de licenciatura oferecidos em todas as esferas administrativas (público e privado) não foi possível realizar análise de todos. Tivemos então que delimitar nossas análises aos cursos (Curso Normal de Nível Médio e licenciaturas) ofertadas pelas instituições públicas presentes nesse município.

<b>Instituição</b>	<b>Cursos Ofertados</b>	<b>Pública/ Privada</b>	<b>Modalidade</b>
Uniasselvi Da Vinci	Pedagogia	Privada	A Distância
Uniasselvi Da Vinci	Artes Visuais	Privada	A Distância
Uniasselvi Da Vinci	Ciências Biológicas	Privada	A Distância
Uniasselvi Da Vinci	Educação Especial	Privada	A Distância
Uniasselvi Da Vinci	Educação Física	Privada	A Distância
Uniasselvi Da Vinci	Filosofia	Privada	A Distância
Uniasselvi Da Vinci	Física	Privada	A Distância
Uniasselvi Da Vinci	Geografia	Privada	A Distância
Uniasselvi Da Vinci	História	Privada	A Distância
Uniasselvi Da Vinci	Informática	Privada	A Distância
Uniasselvi Da Vinci	Letras - Alemão	Privada	A Distância
Uniasselvi Da Vinci	Letras - Espanhol	Privada	A Distância

Uniasselvi Da Vinci	Letras - Inglês	Privada	A Distância
Uniasselvi Da Vinci	Letras - Libras	Privada	A Distância
Uniasselvi Da Vinci	Letras - Português	Privada	A Distância
Uniasselvi Da Vinci	Matemática	Privada	A Distância
Uniasselvi Da Vinci	Música	Privada	A Distância
Uniasselvi Da Vinci	Pedagogia	Privada	A Distância
Uniasselvi Da Vinci	Psicopedagogia	Privada	A Distância
Uniasselvi Da Vinci	Química	Privada	A Distância
Uniasselvi Da Vinci	Sociologia	Privada	A Distância
Uniasselvi Da Vinci	Teatro	Privada	A Distância
Computação	Dança	Privada	A Distância
Udesc	Artes Visuais	Pública	Presencial
Udesc	Ciências Biológicas	Pública	A Distância
Udesc	Educação Física	Pública	Presencial
Udesc	Geografia	Pública	Presencial
Udesc	História	Pública	Presencial
Udesc	Música	Pública	Presencial
Udesc	Pedagogia	Pública	Presencial
Udesc	Pedagogia	Pública	A Distância
Udesc	Teatro	Pública	Presencial
Claretiano - Centro Universitário	Artes Visuais	Privada	A Distância
Claretiano - Centro Universitário	Biologia	Privada	A Distância
Claretiano - Centro Universitário	Computação	Privada	A Distância

Claretiano - Centro Universitário	Educação Física	Privada	A Distância
Claretiano - Centro Universitário	Filosofia	Privada	A Distância
Claretiano - Centro Universitário	Geografia	Privada	A Distância
Claretiano - Centro Universitário	História	Privada	A Distância
Claretiano - Centro Universitário	Letras - Português	Privada	A Distância
Claretiano - Centro Universitário	Letras - Português E Inglês	Privada	A Distância
Claretiano - Centro Universitário	Matemática	Privada	A Distância
Claretiano - Centro Universitário	Música	Privada	A Distância
Claretiano - Centro Universitário	Pedagogia	Privada	A Distância
Universidade Estácio De Sá	Artes Visuais	Privada	A Distância
Universidade Estácio De Sá	Filosofia	Privada	A Distância
Universidade Estácio De Sá	Ciências Biológicas	Privada	A Distância
Universidade Estácio De Sá	Educação Física	Privada	A Distância
Universidade Estácio De Sá	Física	Privada	A Distância
Universidade Estácio De Sá	Geografia	Privada	A Distância

Universidade Estácio De Sá	Gestão E Empreendedorismo	Privada	A Distância
Universidade Estácio De Sá	História	Privada	A Distância
Universidade Estácio De Sá	Letras - Inglês	Privada	A Distância
Universidade Estácio De Sá	Letras - Libras - Língua Portuguesa	Privada	A Distância
Universidade Estácio De Sá	Matemática	Privada	A Distância
Universidade Estácio De Sá	Pedagogia	Privada	A Distância
Universidade Estácio De Sá	Química	Privada	A Distância
Universidade Estácio De Sá	Sociologia	Privada	A Distância
Universidade Estácio De Sá	Teatro	Privada	A Distância
Universidade Estácio De Sá	Turismo	Privada	A Distância
Universidade Paulista	Artes Visuais	Privada	A Distância
Universidade Paulista	Física	Privada	A Distância
Universidade Paulista	Geografia	Privada	A Distância
Universidade Paulista	Letras - Português	Privada	A Distância
Universidade Paulista	Letras - Português e Espanhol	Privada	A Distância

Universidade Paulista	Letras - Português E Inglês	Privada	A Distância
Universidade Paulista	Matemática	Privada	A Distância
Universidade Paulista	Pedagogia	Privada	A Distância
Universidade Paulista	Química	Privada	A Distância
Universidade Paulista	Sociologia		
Universidade Santo Amaro	Artes Visuais	Privada	A Distância
Universidade Santo Amaro	Ciências Biológicas	Privada	A Distância
Universidade Santo Amaro	Educação Física	Privada	A Distância
Universidade Santo Amaro	Matemática	Privada	A Distância
Universidade Santo Amaro	Pedagogia	Privada	A Distância
Centro Universitário Ritter Dos Reis	Artes Visuais	Privada	A Distância
Centro Universitário Ritter Dos Reis	Ciências Biológicas	Privada	A Distância
Centro Universitário Ritter Dos Reis	Pedagogia	Privada	A Distância
Universidade De Franca	Artes Visuais	Privada	A Distância
Universidade De Franca	Ciências Sociais	Privada	A Distância

Universidade De Franca	Ciências Biológicas	Privada	A Distância
Universidade De Franca	Educação Especial	Privada	A Distância
Universidade De Franca	Educação Física	Privada	A Distância
Universidade De Franca	Filosofia	Privada	A Distância
Universidade De Franca	Física	Privada	A Distância
Universidade De Franca	Geografia	Privada	A Distância
Universidade De Franca	História	Privada	A Distância
Universidade De Franca	Letras - Português	Privada	A Distância
Universidade De Franca	Letras - Português E Inglês	Privada	A Distância
Universidade De Franca	Letras - Português E Espanhol	Privada	A Distância
Universidade De Franca	Letras - Português E Japonês	Privada	A Distância
Universidade De Franca	Matemática	Privada	A Distância
Universidade De Franca	Pedagogia	Privada	A Distância
Universidade De Franca	Programa Especial De Formação Pedagógica De Docentes - Biologia	Privada	A Distância



Universidade De Franca	Programa Especial De Formação Pedagógica De Docentes - Física	Privada	A Distância
Universidade De Franca	Programa Especial De Formação Pedagógica De Docentes - Geografia	Privada	A Distância
Universidade De Franca	Programa Especial De Formação Pedagógica De Docentes - História	Privada	A Distância
Universidade De Franca	Programa Especial De Formação Pedagógica De Docentes - Matemática	Privada	A Distância
Universidade De Franca	Programa Especial De Formação Pedagógica De Docentes - Português	Privada	A Distância
Universidade De Franca	Programa Especial De Formação Pedagógica De Docentes - Química	Privada	A Distância
Universidade De Franca	Química	Privada	A Distância
Universidade Cesumar	Artes Visuais	Privada	A Distância
Universidade Cesumar	Ciências Biológicas	Privada	A Distância

Universidade Cesumar	Educação Especial	Privada	A Distância
Universidade Cesumar	Educação Física	Privada	A Distância
Universidade Cesumar	Filosofia	Privada	A Distância
Universidade Cesumar	Geografia	Privada	A Distância
Universidade Cesumar	História	Privada	A Distância
Universidade Cesumar	Letras - Português E Inglês	Privada	A Distância
Universidade Cesumar	Matemática	Privada	A Distância
Universidade Cesumar	Música	Privada	A Distância
Universidade Cesumar	Pedagogia	Privada	A Distância
Universidade Cesumar	Sociologia	Privada	A Distância
Centro Universitário Estácio De Ribeirão Preto	Artes Visuais	Privada	A Distância
Universitário Estácio De Ribeirão Preto	Educação Física	Privada	A Distância
Universitário Estácio De Ribeirão Preto	Ciências Biológicas	Privada	A Distância
Universitário Estácio De Ribeirão Preto	Computação	Privada	A Distância
Universitário Estácio De Ribeirão Preto	Matemática	Privada	A Distância

Universitário Estácio De Ribeirão Preto	Filosofia	Privada	A Distância
Universitário Estácio De Ribeirão Preto	Física	Privada	A Distância
Universitário Estácio De Ribeirão Preto	Geografia	Privada	Distância
Centro Universitário Estácio De Ribeirão Preto	Gestão E Empreendedorismo	Privada	A Distância
Centro Universitário Estácio De Ribeirão Preto	História	Privada	A Distância
Centro Universitário Estácio De Ribeirão Preto	Letras - Espanhol	Privada	A Distância
Centro Universitário Estácio De Ribeirão Preto	Letras- Inglês	Privada	A Distância
Centro Universitário Estácio De Ribeirão Preto	Letras - Libras - Língua Portuguesa	Privada	A Distância
Centro Universitário Estácio De Ribeirão Preto	Pedagogia	Privada	A Distância
Centro Universitário Estácio De Ribeirão Preto	Química	Privada	A Distância
Centro Universitário Estácio De Ribeirão Preto	Sociologia	Privada	A Distância
Centro Universitário Estácio De Ribeirão Preto	Turismo	Privada	A Distância

Universitário Internacional	Artes Visuais	Privada	A Distância
Universitário Internacional	Filosofia	Privada	A Distância
Universitário Internacional	Educação Especial	Privada	A Distância
Centro Universitário Internacional	Física	Privada	A Distância
Centro Universitário Internacional	Geografia	Privada	A Distância
Centro Universitário Internacional	História	Privada	A Distância
Centro Universitário Internacional	Letras - Inglês	Privada	A Distância
Centro Universitário Internacional	Letras - Língua Portuguesa	Privada	A Distância
Centro Universitário Internacional	Matemática	Privada	A Distância
Centro Universitário Internacional	Música	Privada	A Distância
Centro Universitário Internacional	Pedagogia	Privada	A Distância
Centro Universitário Internacional	Psicopedagogia	Privada	A Distância
Centro Universitário Internacional	Química	Privada	A Distância
Centro Universitário Internacional	Sociologia	Privada	A Distância
Centro Universitário Fadergs	Artes Visuais	Privada	A Distância

Universitário Senac	Biologia	Privada	A Distância
Centro Universitário Senac	Filosofia	Privada	A Distância
Centro Universitário Senac	Física	Privada	A Distância
Centro Universitário Senac	História	Privada	A Distância
Centro Universitário Senac	Letras - Português E Inglês	Privada	A Distância
Centro Universitário Senac	Matemática	Privada	A Distância
Centro Universitário Senac	Pedagogia	Privada	A Distância
Universitário Anhanguera Pitágoras Ampli	Ciências Biológicas	Privada	A Distância
Universidade Paulista	Ciências Biológicas	Privada	A Distância
Universidade Paulista	Filosofia	Privada	A Distância
Universidade Paulista	História	Privada	A Distância
Universidade Do Contestado	Ciências Biológicas	Privada	A Distância
Universidade Do Contestado	Educação Física	Privada	A Distância
UFSC	Ciências Biológicas	Pública	Presencial
UFSC	Ciências Biológicas	Pública	A Distância

UFSC	Ciências Biológicas	Pública	Presencial
UFSC	Ciências Sociais	Pública	Presencial
UFSC	Educação Do Campo	Pública	Presencial
UFSC	Educação Física	Pública	Presencial
UFSC	Filosofia	Pública	Presencial
UFSC	Filosofia	Pública	A Distância
UFSC	Física	Pública	Presencial
UFSC	Física	Pública	A Distância
UFSC	Geografia	Pública	Presencial
UFSC	História	Pública	Presencial
UFSC	Letras - Alemão	Pública	Presencial
UFSC	Letras - Espanhol	Pública	Presencial
UFSC	Letras - Espanhol	Pública	A Distância
UFSC	Letras - Francês	Pública	Presencial
UFSC	Letras - Inglês	Pública	Presencial
UFSC	Letras-Italiano	Pública	Presencial
UFSC	Letras - Libras	Pública	Presencial
UFSC	Letras - Libras	Pública	A Distância
UFSC	Letras - Língua Portuguesa	Pública	Presencial
UFSC	Letras - Português	Pública	A Distância
UFSC	Licenciatura Intercultural Indígena	Pública	Presencial
UFSC	Matemática	Pública	Presencial
UFSC	Matemática	Pública	A Distância

UFSC	Pedagogia	Pública	Presencial
UFSC	Psicologia	Pública	Presencial
UFSC 28	Química	Pública	Presencial
Universitário Da Grande Dourados	Ciências Biológicas	Privada	A Distância
Universitário Da Grande Dourados	Letras - Língua Portuguesa	Privada	A Distância
Universitário Da Grande Dourados	Formação Pedagógica Para Portadores De Ensino Superior	Privada	A Distância
Centro Universitário Da Grande Dourados	Matemática	Privada	A Distância
Universitário Da Grande Dourados	Geografia	Privada	A Distância
Universitário Da Grande Dourados	História	Privada	A Distância
Universitário Da Grande Dourados	Letras - Português E Inglês	Privada	A Distância
Universitário Da Grande Dourados	Pedagogia	Privada	A Distância
Universitário Da Grande Dourados	Segunda Licenciatura Em Pedagogia	Privada	A Distância
Universidade Do Vale Do Taquari	Ciências Biológicas	Privado	A Distância
Universidade Do Vale Do Taquari	Educação Física	Privado	A Distância
Universidade Do Vale Do Taquari	História	Privada	A Distância

Universidade Do Vale Do Taquari	Letras	Privada	A Distância
Universidade Do Vale Do Taquari	Pedagogia	Privada	A Distância
Universitário Internacional	Ciências Biológicas	Privada	A Distância
Universitário Internacional	Ciências Da Religião	Privada	A Distância
Universitário Internacional	Educação Especial	Privada	A Distância
Universitário Internacional	Educação Física	Privada	A Distância
Universitário São Lucas	Educação Especial	Privada	A Distância
Centro Universitário São Lucas	Educação Física	Privada	A Distância
Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera	Educação Física	Privada	A Distância
Católica De Santa Catarina Em Jaraguá Do Sul	Educação Física	Privada	A Distância
Centro Universitário Uni Dom – Bosco	Educação Física	Privada	A Distância
Universitário Uni Dom – Bosco	Filosofia	Privada	A Distância
Universitário Uni Dom – Bosco	Geografia	Privada	A Distância
Universitário Uni Dom – Bosco	História	Privada	A Distância



Centro Universitário Uni Dom – Bosco	Pedagogia	Privada	A Distância
Centro Universitário Uni Dom – Bosco	Letras - Português E Inglês	Privada	A Distância
Centro Universitário Uni Dom – Bosco	Matemática	Privada	A Distância
Centro Universitário Uni Dom – Bosco	Sociologia	Privada	A Distância
Universidade Católica Dom Bosco	Filosofia	Privada	A Distância
Universidade Católica Dom Bosco	História	Privada	A Distância
Universidade Católica Dom Bosco	Letras	Privada	A Distância
Universidade Católica Dom Bosco	Pedagogia	Privada	A Distância
Centro Universitário Unibta	Educação Física	Privada	A Distância
Centro Universitário Unibta	Letras - Português E Inglês	Privada	A Distância
Centro Universitário Unibta	Pedagogia	Privada	A Distância
Centro Universitário Unibta	Pedagogia	Privada	A Distância
Universitário Maurício De Nassau	Educação Física	Privada	A Distância
Centro Universitário Maurício De Nassau	Letras - Espanhol	Privada	A Distância
Centro Universitário Maurício De Nassau	Letras - Libras	Privada	A Distância

Centro Universitário Maurício De Nassau	Letras - Língua Inglesa	Privada	A Distância
Centro Universitário Maurício De Nassau	Letras - Português	Privada	A Distância
Universidade Anhanguera	Filosofia	Privada	A Distância
Universidade Anhanguera	História	Privada	A Distância
Universidade Anhanguera	Letras - Língua Portuguesa E Língua Inglesa	Privada	A Distância
Universidade Anhanguera	Sociologia	Privada	A Distância
Universidade Anhanguera	Matemática	Privada	A Distância
Centro Universitário Fael	Formação Pedagógica Para Portadores De Ensino Superior	Privada	A Distância
Centro Universitário Fael	Geografia	Privada	A Distância
Centro Universitário Fael	História	Privada	A Distância
Centro Universitário Fael	Letras - Língua Português E Espanhol	Privada	A Distância
Centro Universitário Fael	Letras - Português E Inglês	Privada	A Distância
Centro Universitário Fael	Pedagogia	Privada	A Distância
Centro Universitário Fae	Matemática	Privada	A Distância

Universidade Do Vale Do Itajaí	Geografia	Privada	A Distância
Universidade Do Vale Do Itajaí	História	Privada	A Distância
Universidade Do Vale Do Itajaí	Letras - Língua Portuguesa	Privada	A Distância
Universidade Do Vale Do Itajaí	Matemática	Privada	A Distância
Universidade Do Vale Do Itajaí	Pedagogia	Privada	A Distância
Centro Universitário Do Instituto De Educação Superior De Brasília – lesb	História	Privada	A Distância
Centro Universitário Do Instituto De Educação Superior De Brasília – lesb	Pedagogia	Privada	A Distância
Centro Universitário Do Instituto De Educação Superior De Brasília – lesb	Matemática	Privada	A Distância
Centro Universitário União Das Américas Descomplica	História	Privada	A Distância
Centro Universitário União Das Américas Descomplica	Letras - Português	Privada	A Distância
Centro Universitário União Das Américas Descomplica	Matemática	Privada	A Distância

Centro Universitário União Das Américas Descomplica	Pedagogia	Privada	A Distância
Centro Universitário Das Américas	Letras - Português E Inglês	Privada	A Distância
Centro Universitário Das Américas	Pedagogia	Privada	A Distância
Centro Universitário Unibta	História	Privada	A Distância
Faculdade Unyleya	História	Privada	A Distância
Faculdade Unyleya	Letras - Língua Portuguesa	Privada	A Distância
Universidade Do Sul De Santa Catarina	Informática	Privada	A Distância
Universidade Do Sul De Santa Catarina	Matemática	Privada	A Distância
Universidade Do Sul De Santa Catarina	Programa Especial De Formação Pedagógica De Docentes - Filosofia	Privada	A Distância
Universidade Anhembi Morumbi	Letras - Inglês	Privada	A Distância
Universidade Anhembi Morumbi	Letras - Língua Portuguesa	Privada	A Distância
Universidade Anhembi Morumbi	Pedagogia	Privada	A Distância
Centro Universitário Do Instituto De Educação Superior De Brasília – lesb	Letras - Língua Portuguesa	Privada	A Distância

Centro Universitário Adventista De São Paulo	Letras - Português	Privada	A Distância
Centro Universitário Adventista De São Paulo	Pedagogia	Privada	A Distância
Universidade Do Vale Do Rio Dos Sinos	Pedagogia	Privada	A Distância
Universidade Do Extremo Sul Catarinense	Pedagogia	Privada	A Distância
Universidade Do Sul De Santa Catarina	Pedagogia	Privada	A Distância
Centro Universitário - Católica De Santa Catarina Em Jaraguá Do Sul	Pedagogia	Privada	A Distância
Universidade Anhanguera	Pedagogia	Privada	A Distância
Universidade Estadual De Ponta Grossa	Pedagogia	Pública	A Distância
Universidade Positivo	Pedagogia	Privada	A Distância
Universitário Campos De Uniandrade Andrade	Pedagogia	Privada	A Distância
Faculdade Multivix Serra	Pedagogia	Privada	A Distância

Centro Universitário Sociesc	Pedagogia	Privada	A Distância
Faculdade Cesusc	Pedagogia	Privada	A Distância
Centro Universitário FavipWyden	Pedagogia	Privada	A Distância
Faculdade Do Norte Novo De Apucarana	Pedagogia	Privada	A Distância
Centro Universitário Avantis	Pedagogia	Privada	A Distância
Faculdade Unyleya	Pedagogia	Privada	A Distância
Faculdade Meridional De Ijuí	Pedagogia	Privada	A Distância
Faculdade Iseib De Betim	Pedagogia	Privada	A Distância
Faculdade De Educação De Santa Catarina	Pedagogia	Privada	Presencial